

COLEÇÃO
PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO
[MEMÓRIAS BRASILEIRAS - BIOGRAFIAS]



FERNANDA OLIVEIRA

LUCIANA LEALDINA
DE ARAÚJO E
MARIA HELENA
VARGAS DA SILVEIRA

HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS NO
PÓS-ABOLIÇÃO DO SUL DO BRASIL



Universidade Federal Fluminense

REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

GESTÃO 2018-2020

CONSELHO EDITORIAL

Renato Franco [Diretor]

Ana Paula Mendes de Miranda

Celso José da Costa

Gladys Viviana Gelado

Johannes Kretschmer

Leonardo Marques

Luciano Dias Losekann

Luiz Mors Cabral

Marco Antônio Roxo da Silva

Marco Moriconi

Marco Otávio Bezerra

Ronaldo Gismondi

Silvia Patuzzi

Vágner Camilo Alves

LUCIANA LEALDINA
DE ARAÚJO E
MARIA HELENA
VARGAS DA SILVEIRA

Copyright © 2020 Fernanda Oliveira

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Editor responsável: Renato Franco

Coordenador de produção: Ricardo Borges

Copidesque e revisão: Beatriz Maia

Normalização: Camilla Almeida

Capa: Marcio Oliveira

Projeto gráfico e diagramação: Marcio Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - CIP

O48 Oliveira, Fernanda.

Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira : história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil [livro eletrônico] / Fernanda Oliveira. – Niterói : Eduff, 2020. – 1,8Mb ; PDF. – (Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 2)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5831-001-3

BISAC BIO002010 BIOGRAPHY & AUTOBIOGRAPHY / Cultural, Ethnic & Regional / African American & Black

1. Brasil – Pós-abolição. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Araújo, Luciana Lealdina, 1870-1930. 4. Silveira, Maria Helena Vargas, 1940-2009. 5. Biografia. I. Título. II. Série.

CDD 928.69

Ficha catalográfica elaborada por Márcia Cristina dos Santos (CRB7-4700)

Direitos desta edição reservados à

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ

CEP 24220-008 - Brasil

Tel.: +55 21 2629-5287

www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

Impresso no Brasil, 2020.

Foi feito o depósito legal.

COLEÇÃO
PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO

MEMÓRIAS BRASILEIRAS - BIOGRAFIAS

FERNANDA OLIVEIRA

LUCIANA LEALDINA
DE ARAÚJO E
MARIA HELENA
VARGAS DA SILVEIRA

HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS NO
PÓS-ABOLIÇÃO DO SUL DO BRASIL



SUMÁRIO

A COLEÇÃO PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO | 9

CARTAS PARA LUCIANA LEALDINA DE ARAÚJO E
MARIA HELENA VARGAS DA SILVEIRA | 11

INTRODUÇÃO: MULHERES NEGRAS AO SUL DO SUL E AS LUTAS QUE
PERMANECEM AO LONGO DO PÓS-ABOLIÇÃO | 17

LUCIANA LEALDINA DE ARAÚJO: A IDEALIZADORA DE UM SONHO
COLETIVO DA RAÇA DE COR NA PRIMEIRA REPÚBLICA | 31

ENEGRECENDO OU DEMOCRATIZANDO OS ESPAÇOS EDUCATIVOS
EM 1901? | 40

ALARGANDO OS LAÇOS, MORTE E MEMÓRIA | 58

MARIA HELENA VARGAS DA SILVEIRA:
DE PROFESSORA À ESCRITORA DA RAÇA NEGRA | 85

REDE DE SOCIABILIDADE E AFETIVIDADES NEGRAS
NO SUL EM MEADOS DO SÉCULO XX | 87

DA ESCOLA PARA O PROFESSORADO E
DO PROFESSORADO DE VOLTA PARA A ESCOLA | 103

HELENA DO SUL E O ESCRIVIVER
DE PROJETOS COLETIVOS DA NEGRADA | 123

CONCLUSÃO: O QUE MUDA NA ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL
A PARTIR DE LUCIANA LEALDINA DE ARAÚJO E MARIA HELENA
VARGAS DA SILVEIRA | 149

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 155

FONTES | 161

CRONOLOGIA | 165

LISTA DE FIGURAS | 167

A COLEÇÃO PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO

Este livro faz parte de uma coleção, sendo fruto de um projeto coletivo: “Personagens do pós-Abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano”, contemplado com o Edital n° 13/2015 da CAPES - “Memórias Brasileiras: Biografias”. Os sete volumes da coleção são acompanhados por um site que disponibiliza diversos materiais - oficinas, vídeos, planos de aula, banco de imagem, em torno de personagens negros biografados (<http://personagensdoposabolicao.uff.br/>).

Apesar de grandes contribuições para a história republicana do Brasil, esses personagens tiveram suas vidas silenciadas, esquecidas ou não reconhecidas. Foram homens e mulheres marcados pela condição racial e de gênero que levantaram bandeiras antirracistas e atuaram na transformação das possibilidades de exercício da cidadania da população negra no Brasil.

As biografias publicadas também trazem uma contribuição importante para o público em geral, para futuros professores e para os alunos da Educação Básica, pois nos permitem conhecer melhor a História do pós-abolição e do racismo no Brasil e, em volume especial, entrar em contato com novas formas de ensinar e aprender histórias do Brasil republicano. Eis os livros da coleção:

*Monteiro Lopes e Eduardo das Neves:
histórias não contadas da Primeira República (v. 1)*

Carolina Viana Dantas e Martha Abreu

*Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira:
história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil (v. 2)*

Fernanda Oliveira

*Juliano Moreira:
o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira (v. 3)*

Ynaê Lopes dos Santos

Paulo Silva: um contraponto nas relações raciais no Brasil (v. 4)

Amilcar Araújo Pereira

*Maria de Lourdes Vale Nascimento:
uma intelectual negra do pós-abolição (v. 5)*

Giovana Xavier

João Cândido: o mestre sala dos mares (v. 6)

Álvaro Pereira do Nascimento

“A gente só sabe o final quando encerra”: novas formas de ensinar e aprender histórias do Brasil republicano (v. 7)

Giovana Xavier (org.)

CARTAS PARA
LUCIANA LEALDINA DE ARAÚJO E
MARIA HELENA VARGAS DA SILVEIRA

Querida Luciana Lealdina de Araújo.

Começo essas linhas te chamando pelo nome inteiro, mas não te preocupes, não pretendo te trazer péssimas notícias, o faço, pois me encanta a suntuosidade que teu nome completo evoca. Uma mulher negra com nome e sobrenome em fins do século XIX e no século XX é de se reverenciar de pé. Sei que muitos te referenciavam apenas como *Mãe Preta*, mas tens nome e sobrenome, e eu, enquanto mulher negra nascida nos mesmos pagos que tu, tenho consciência que *mulher negra tem que ter nome e sobrenome, senão o racismo coloca o nome que quiser*. Quem me ensinou isso foi outra mulher negra, de nome Lélia Gonzalez, certamente ela teria adorado te conhecer.

Mas, Luciana, te conheci há quase uma década, muito embora já tivéssemos cruzado nossos caminhos pelas ruas

de Pelotas, cá no extremo sul desse Brasil. Te encontrei em fontes escritas por homens e mulheres, sobretudo negros como tu. Referenciavam com muito respeito e admiração aquela mulher que nascida ainda antes da abolição, no ano de 1870, em Porto Alegre, havia feito de Pelotas seu local de moradia e aqui fundado uma instituição para acolhimento e educação de meninas, especialmente negras, o *Asylo São Benedicto*. Ó querida Luciana, quantas vezes passei em frente ao, hoje, Instituto São Benedito e me deparei com aqueles ladrilhos na calçada com a expressão: *Asylo de Órphãs São Benedicto*. Um asilo para meninas em pleno ano de 1901! Que grande iniciativa!

A instituição é hoje centenária, aos mesmos moldes daquela que fundarias anos depois, mais precisamente em 1909, na cidade de Bagé. Tuas instituições são referência, ainda hoje, no acolhimento de jovens e é expressiva a presença de crianças negras, atualmente meninos também estão lá. E, embora a motivação não seja das melhores, me alegra saber que há um espaço como esse criado por ti, abraçado pela comunidade negra e alguns membros da Igreja Católica. Digo que a motivação não é das melhores, pois as condições sociais que atingem crianças negras ainda exigem uma série de iniciativas do poder público. Passados pouco mais de 130 anos da Abolição, ainda nos deparamos com problemas que se iniciaram com a liberdade. A

educação, sem sombra de dúvidas, ainda é o palco de disputas e atenção de gentes que tentam a seus modos honrar a luta que iniciaste. E, não à toa, teu túmulo, na cidade de Bagé, está sempre repleto de flores em agradecimento por graças alcançadas.

Obrigada pela tua existência e parabéns pela estratégia traçada em prol de que a cidadania também estivesse ao alcance de meninas negras, que assim como eu nasceram nessa cidade e precisaram se deparar com tantas adversidades neste sul que permanece tão negro. Foi por conta dessa história, com o mesmo fio condutor e traçando caminhos semelhantes, que resolvi escrever não apenas sobre ti, mas contigo, e também com outra mulher negra dessa cidade, como verás na sequência.

* * * * *

Bons dias, Professora Maria Helena Vargas da Silveira

Minha querida conterrânea quanta admiração tenho por ti! Nascida em 1940 na cidade de Pelotas, filha de uma costureira e um motorista, neta de um articulista da imprensa negra, com livros publicados entre os anos 1980 e 2000, nossa Helena do Sul.

Formaste professora, ativa nos movimentos sociais, escritora atenta à realidade negra, fizeste da educação um espaço de luta política para melhoria das nossas condições materiais. Mulher negra, mãe, irmã, tia, prima...amiga...todas e todos me falam de ti como aquela que acolhia por meio de uma seriedade repleta de afeto.

Escrevo essas linhas imersa em questionamentos, anseios, esperanças e medos. Frequentemente questiono-me o que dirias acerca das experiências da *negrada* de hoje. Lembro-me como se fosse hoje a primeira vez que me deparei com tuas considerações acerca da *negrada* em livro que leva esse título... talvez nossas *obás contemporâneas* sigam perdendo pedaços de suas orelhas em busca de um lugar ao sol... Ah querida conterrânea, o que dirias acerca de tudo isso?!

Sem saber o que dirias, compartilho contigo que as mulheres e os homens negros de hoje seguem acreditando na bandeira que sempre defendeste, a educação. Essas mesmas pessoas, seguem também conscientes do potencial da estética negra, sobretudo aquela construída nos reflexos coletivos. Aliás, a Lei 10.639/2003, que ajudaste a construir, completa 15 anos! As cotas nas universidades públicas estão transformando as salas de aulas, os currículos, a vida!

Ah! querida Maria Helena, os coletivos de estudantes de hoje são algo do mais belo e potente que observo, fazem com que eu pense nos teus relatos acerca daquilo que era (e ainda é) vivenciado em plenitude nos salões dos clubes negros. No entanto, teus tantos livros acerca da experiência negra, sobretudo de mulheres negras e educação, são ainda desconhecidos de muitos.

Gostaria tanto de saber o que acharias de tudo isso..., entre tantas reflexões, encerro essas letras por aqui, tendo em vista não decepcionar nem a ti nem as/os tuas/teus desde os pagos pelotenses espalhando-se por esse mundão. E por conta disso volto à pesquisa para legar ao público um ainda maior contato com a tua importância fundamental para a intelectualidade negra enquanto pensadora que nos legou escritos, vivência e, sobretudo lutas para que sigamos, ocupando todos os espaços também por meio da educação.

*Modúpé*¹, Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira

Fernanda Oliveira,

uma recém doutora negra que acredita na educação e se espelha muito em vocês e em nossas lutas coletivas.

1 Expressão em Yorubá, que significa 'Eu agradeço'.

INTRODUÇÃO

MULHERES NEGRAS AO SUL DO SUL E AS LUTAS QUE PERMANECEM AO LONGO DO PÓS-ABOLIÇÃO

Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, se libertam na vida de cada um de nós, que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter os ouvidos, os olhos e o coração abertos.

(Conceição Evaristo)¹

A já célebre escrita de vivência – escrevivência – de Conceição Evaristo, negra, mulher, escritora, mãe e tantos outros predicados, em *Becos da Memória*, dá abertura a uma escrita

1 EVARISTO, C. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017, p. 111.

acerca de mulheres negras – e homens – ao sul do Sul. Mulheres estas que têm duas grandes expressões nas existências de Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira. Luciana nasceu em Porto Alegre, em 1870, quando a localidade era capital da Província de Rio Grande de São Pedro, durante a existência do Império do Brasil. Maria, por sua vez, nasceu na cidade de Pelotas, no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1940. Nasceram e cresceram ao sul do Sul, e fizeram desse lugar espaço de vida, mas também foram afetadas por ele. Por isso, utilizo-me da perspectiva de que esse pensar de mulheres adquire uma especificidade que não é apenas geográfica, nesse sul do Sul, no qual também me encontro.

Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira, duas mulheres negras que, por meio da educação mantiveram os ouvidos, olhos e coração abertos à coletividade. E, assim forjaram formas de experiências negras coletivas de existência, ora por meio de projetos voltados para as órfãs, sobretudo negras, do início do século XX, que acabou por conferir a Luciana a alcunha de *Mãe Luciana*, ora através do professorado em áreas periféricas e da transposição de muitas dessas vivências para os escritos daquela que, viria a ser conhecida como *Helena do Sul*.

Suas histórias estão vivas nos becos da memória daquelas e daqueles que tiveram a honra de compartilhar exis-

tências com elas. Estão vivas nos escritos de alguns memorialistas e por meio de livros e textos escritos de próprio punho ou ouvidos em rincões que extrapolam o cenário do sul. Aliás, para podermos começar a recontar essas histórias é preciso questionar por que estamos nos debruçando sobre essas histórias e que sul é esse?

As mulheres negras tiveram um papel central no incentivo e promoção de processos educativos e instrutivos nas comunidades negras do estado, e as ações de Luciana Lealdina de Araújo, conhecida como Mãe Luciana, permitem melhor compreender acerca dessa centralidade, nas cidades de Pelotas e de Bagé. Destaca-se entre as associações que se incumbiram de ofertar instrução e educação o Asilo de Órfãs São Benedito, criado em 1901, o qual abrigava principalmente meninas negras, mas que de acordo com seus estatutos, aprovados em 1902, não realizava distinção de cor. Surgiu por iniciativa desta mulher negra, Luciana Lealdina de Araújo, voltado a meninas com idade entre 2 e 21 anos, a instituição se mantém em funcionamento na atualidade.

A presença de negros nas diretorias do asilo se manteve pelo menos nos anos iniciais, assim como entre a grande parte das crianças atendidas. Esta característica foi evidenciada no discurso de seu cinquentenário feito pelo deputado clasista, originário de Rio Grande, Dr. Carlos Santos, que foi uma

grande liderança da comunidade negra gaúcha e no momento do cinquentenário era o orador oficial do asilo. Em relação à fundadora, foi interessante perceber o destaque conferido a sua iniciativa, como podemos apreender em artigo veiculado no jornal negro *A Alvorada*, em edição de 21 de janeiro de 1952, em coluna que destacava à comunidade pelotense fatos acontecidos no passado com o evidente intuito de servir de exemplo à coletividade:

A brilhante escritora d. Julia Lopes de Almeida, quando aqui esteve, disse, ao contemplar o Asilo S. Benedito:

- “É a primeira vez que vejo no Brasil realizada uma obra de benemerência por uma mulher da mais humilde condição, pobre e de cor... Luciana, essa preta pobre, só pelo influxo da sua energia conseguiu inspirar a criação e a manutenção em cidades do Rio Grande, de verdadeiros templos de instrução e caridade, como o Asilo S. Benedito, fundado em fevereiro de 1901”.

Ainda durante a primeira década de existência do Asilo São Benedito de Pelotas, sua fundadora partiu para Bagé com o mesmo intuito, criando, em 1909, o Orfanato São Benedito. Em reprodução da ata de fundação do orfanato, de 1º de setembro de 1909, Luciana – Mãe Luciana – é apresentada como “uma pobre e modesta mulher de cor, natural da cidade de Porto Alegre”. A instituição era ligada à Paróquia de São Sebas-

tião de Bagé, mas, já em ata informava que estava “entregue à fiscalização e direção interna sob a vigilância de sua benemerita iniciadora dona LUCIANA LEALDINA DE ARAÚJO.” Na sequência consta que “como recompensa à sua nobre iniciativa e trabalho, foi-lhe por mim [Vigário de Bagé, Monsenhor Costabile Hipólito] conferido o título de BENEMÉRITA FUNDADORA”, como nos apresenta Harry Rotermund em seu estudo dedicado a história de Bagé.

Desde as décadas finais do século XIX, a população sulina passava por uma série de transformações, e, embora abordemos com maior profundidade na sequência, é possível afirmar que Luciana nasceu livre, porém, seus pais foram escravizados. Talvez não seja uma novidade reportar uma experiência de liberdade negra no sul, ainda durante a escravidão. No entanto, é ainda bastante corriqueira a ideia de que a população negra no sul do Brasil foi bastante diminuta e se não completamente, parte considerável deixa de existir para dar lugar aos europeus que aportaram por estas terras desde meados do século XIX. Afinal, é já bastante conhecida a expressão de que o sul é a *Europa brasileira*.

Luciana mudou-se para Pelotas, não se sabe ainda se quando criança e tampouco se o fizera na companhia de seus pais. Sabe-se, no entanto, que lá residiu, observando que ela não

era uma estranha na cidade. Ou seja, não se tratava de uma existência marcada por excepcionalidade, mas por forte identificação de elementos iguais a si, sobretudo com as mulheres, mais precisamente com as meninas, o que a motiva a criar e manter um espaço que pudesse receber e *dar caminho* para órfãs, na sua imensa maioria negras. O que rapidamente nos permite observar que se tratava de um sul com mais jeito de Brasil do que de Europa.

Por sua vez, Maria Helena Vargas da Silveira, mulher negra, nascida no ano de 1940 na cidade de Pelotas, no extremo sul do Brasil, se notabilizou por uma ampla produção literária e atuação junto aos espaços de sociabilidade e de educação formal e não formal. A personagem teve uma longa trajetória marcada por questões de raça, gênero, classe e região. Tais elementos conectam-se com uma história geracional, que por sua vez evidenciam traços de vivências de mulheres e homens na fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai, espriam-se por entre as redações dos jornais da imprensa negra, e, sobretudo, dentro dos clubes negros e das salas de aula da região. Contempla ainda os espaços de trabalho, como aqueles à beira dos rios com as lavadeiras; no âmbito das casas com as empregadas domésticas, e futuramente com as professoras, como o fora Maria Helena Vargas da Silveira, mas que também alcança os espaços de artesãos e em jornadas diárias diversas.

Em texto publicado no livro *Negrada*, de 1995, a autora pelotense explicita a importância de narrar as histórias sobre as mulheres e os homens negros do sul e enfatiza que:

Existem fatos que não podem ser omitidos para que o negro seja respeitado. Ao contrário, irá parecer que no sul não existiu a força do negro na colonização e irá evidenciar-se sempre um Rio Grande, totalmente branco, resultando em movimentos cada vez mais discriminatórios. Tudo isto é a força da História e se a História tem este poder, façamo-la sem omissões.

Dessa forma, a personagem, que acompanharemos, apresentou as questões acerca do lugar de produção da parcela do pensamento em questão, dando corpo a epistemologias outras e que virão acompanhadas de outras reflexões ao longo do texto, enunciadas desde o sul. Lugar este que se refere a um espaço geográfico, mas também social e sintetiza característica fundamental do pensamento de mulheres negras ao sul do Sul, a saber uma produção localizada em um espaço que invisibiliza a história e a presença da população negra.

Ao reivindicar um sul cuja história seja pensada por meio da biografia de duas mulheres negras, entendidas como lente privilegiada para acessarmos intersecções que configuraram-se em lutas coletivas no pós-Abolição do Sul do Brasil, ecoaram as palavras de existência da escritora haitiana Edwige

Danticat. Para ela, “de vez em quando devemos gritar isso [nossa existência] o mais distante que o vento puder levar nossas vozes”. Não é demasiado lembrar que, uma série de mitos giram em torno da construção da identidade oficial gaúcha. Um dos mitos, enfatizado pelo sistema educacional – por intermédio do ensino da História do Rio Grande do Sul, igualmente disseminado pelo senso comum –, ressalta que a formação do estado deu-se a partir dos descendentes de colonos alemães, italianos e açorianos em detrimento dos africanos, seus descendentes e indígenas. E permanece até os dias de hoje a imagem de que o Rio Grande do Sul é a *Europa Brasileira*, como se somente o capital cultural e humano europeu estivessem aqui presentes.

Um não lugar definido não, somente, por dados quantitativos da presença de negras e negros no estado, mas pelo processo de invisibilidade que o mito da ausência de negros no Rio Grande do Sul provoca em toda a população. Nesta territorialidade, vivemos um duplo mito contraditório: da democracia racial brasileira e da ausência de negras/os no estado. Assim, os corpos negros ainda hoje são vistos como em um não lugar, ou seja, esse sul seria um não território para esses negros corpos de homens e de mulheres.

O silêncio, quase absoluto, sobre a participação efetiva e decisiva da população negra na construção do estado,

vem sendo contraposto desde a chegada dos primeiros negros. Principalmente pelas mulheres que, atuando de diversas formas, transformam ausências em presenças, que rompem com a centralidade cultural eurocêntrica, afirmam politicamente a matriz africana do Rio Grande do Sul e trazem o questionamento sobre a formação histórica unitária da região Sul. É o que se manifesta na epígrafe exposta anteriormente, uma crítica apresentada pela pedagoga pelotense Maria Helena Vargas da Silveira, no livro *Negrada*.

O que a pensadora ativista apresenta em seu texto é o direito de memória, verdade e justiça. Direitos estes demandados pelas mulheres negras gaúchas há tempos e que reelaboram a identidade sulina e as suas próprias identidades. Em depoimento à equipe do Núcleo de Pesquisas das Etnias Africanas do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, para a pesquisa “Mulheres Afro-Gaúchas”, publicado no livro *Mulheres do Rio Grande do Sul*, em 2008, Maria Helena Vargas Silveira expõe seu próprio reconfigurar de ser mulher negra gaúcha dentro de um projeto coletivo:

(...) A mulher negra é otimista e esperançosa. Ela faz algumas buscas, mas ainda...aos poucos, ela tá se desencilhando desses modelos da mulher alemã ou da italiana
(...) E hoje em dia, ela tá definindo muito mais os seus

espaços de negritude, de suas forças, de seu querer, do seu fazer (...) Eu vou me descobrindo a cada momento como mulher negra gaúcha. Assumi agora Helena do Sul. Minha posição firme de gaúcha.

Mulheres e organizações que reelaboram um “outro ‘sul’ por meio das relações de gênero e étnico-raciais. Nesses espaços, destaca-se a ênfase na construção de espaços seguros, que por sua vez pavimentam a expressão de suas/nossas formas de ler o mundo e dialogar com ele sem que isso, necessariamente, reafirme um lugar de exclusão, invisibilidade ou margem. Tais possibilidades impulsionam e dão sustentabilidade para que essas mulheres possam atuar novamente em suas famílias, num diálogo constante, mas também nos espaços formais de educação e nos de trabalho, que muitas vezes são também os de educação. Formula-se assim, formas de educação que revisitam o não lugar desde a lente do pertencimento, ou seja, uma outra maneira de construir pensamentos – episteme outra – que orienta contranarrativas à ciência eurocêntrica, por sua vez enunciada, sobretudo desde o norte global. Essas disputas narrativas conformam histórias mais plurais que se pautam pela existência coletiva desde esse lugar social de mulheres negras. O que reafirma aquilo que se observa desde outros espaços de associativismo negro, incluindo aqueles mais antigos, como os

clubes sociais negros e as páginas da imprensa negra. Pesquisas anteriores, bem como as de Georgina Helena Nunes, Priscila Nunes Pereira, Rodrigo Weimer, Melina Kleinert Perussatto, Sarah Calvi Amaral Silva e Marcus Vinicius de Freitas Rosa são ricas nesse sentido.

Foram as mulheres afro-gaúchas, as ventanias negras do Sul, que nos trouxeram até aqui, que transformaram o não lugar em lugar, em um outro sul. Mulheres negras inseridas no mundo acadêmico e para além dele, mas ainda assim de um sul que se pretende exclusivamente europeu, e que forjam a construção de uma história em que mulheres negras estejam não somente como propositoras de ações, mas também como formadoras da cultura e intelectualidade do Sul do país. Ventanias que sopram constantemente, significando a percepção explicitada por Maria Helena Vargas da Silveira, em *Negrada*, de que “eu existo. E cansarão de ignorar minha existência porque permanecerai através das gerações”; que movimentam e fazem emergir presenças e produzem ventos em seus textos escritos e vivenciados em seus corpos de mulheres negras ativas politicamente na sociedade.² Entramos no giro dessas ventanias negras para aprendermos a nos movimentarmos. É a esse movimento que

2 SILVEIRA, M. H. V. *Negrada*. Porto Alegre: Rainha Ginga, 1995, p. 19.

voltamos na sequência, a fim de compreender a historicidade do legado forjado/vivido por tantas outras mulheres negras nesse espaço ao longo do pós-Abolição.

Para escrever essas histórias foi necessário manter os ouvidos e olhos bem atentos, seguindo os ensinamentos de Conceição Evaristo, bem como os de Sueli Carneiro, que nos alerta sobre a necessidade de atentar para outras formas de elaborar e apresentar o pensamento, sobretudo aquelas gestadas e compartilhadas desde corpos negros de forma a não corroborarmos com o epistemicídio, o qual se caracteriza justamente pelo apagamento de outras formas de construir pensamento, ou seja, de construir epistemologia.

Logo, nas páginas que seguem, o(a) leitor(a) encontrará uma escrita que busca equilibrar histórias vividas, cujos indícios estão presentes em fontes escritas e orais, com aquelas nem sempre privilegiadas pela escrita da história como as escritas de vivência, e que por vezes já foram refletidas por pesquisadores e pesquisadoras, em sua grande parte, negras. Faz-se assim um exercício de compreender sujeitos e sujeitas negras, que enunciam seus pensares desde lugares que não se restringem à academia ou à historiografia, como pensadoras e pensadores que nos auxiliam a escrever outra história do pós-Abolição também no Sul do Brasil. Também por isso, optou-se por nomear todos

os sujeitos, apresentando o máximo de informações biográficas possíveis.

Uma última ressalva, no texto que se segue, bem como nos demais que compõem essa coleção fizemos a escolha por evitar ao máximo o uso de notas de rodapé. Os nomes dos autores e autoras bem como os títulos das obras consultadas foram inseridos no corpo do texto. Ao final dispomos uma lista de referências.

LUCIANA LEALDINA DE ARAÚJO: A IDEALIZADORA DE UM SONHO COLETIVO DA RAÇA DE COR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

“A mãe preta”, “admirável fundadora”, “essa preta pobre, só pelo influxo da sua piedade e da sua energia conseguiu inspirar a criação e a manutenção, em cidades do Rio Grande, de verdadeiros templos de instrução e caridade”, “mulher da mais humilde condição, pobre e de côr”, “pobre e modesta mulher de côr”, “benemérita Mãe Luciana”, “benemérita fundadora”, “caridosa e muito humanitária”, “alta, robusta de cor”. Essas foram algumas das formas utilizadas em documentos oficiais e por escritores e jornalistas contemporâneos de Luciana Lealdina de Araújo, uma mulher negra que funda um espaço para órfãs, sobretudo negras, na cidade de Pelotas, no ano de 1901. A auto-descrição de Luciana é inacessível nas fontes disponíveis, porém, presente na memória de duas grandes cidades do sul do Brasil

– Pelotas e Bagé – e que fora retratada pela pena de escritoras e escritores locais ou que passaram por esses locais no início do século XX, alguns de grande renome nacional e internacional, como a escritora idealizadora da Academia Brasileira de Letras, Julia Lopes de Almeida (1862-1934). Tais escritos bem como os resultados apresentados em pesquisas acadêmicas atuais foram as fontes do estudo aqui apresentado.

Luciana Lealdina de Araújo nasceu na cidade de Porto Alegre, capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atual estado do Rio Grande do Sul, aos 13 dias do mês de junho de 1870. Filha de Napoleão Fernandes de Araújo e mãe cujo nome é desconhecido. As informações sobre seus pais são raras, no entanto, algumas foram compartilhadas e resguardadas pela memória local. Ambos teriam contraído matrimônio e a mãe de Luciana teria sido escravizada em solo gaúcho. Luciana nasceu ainda durante a existência da escravidão, as fontes não permitem acessar a condição social de seu pai, não obstante, não parece equivocado afirmar que o mesmo era um homem livre e também Luciana, sobretudo tendo em vista que a identidade social de qualquer pessoa que passasse pelo cativo era algo bem marcado naqueles tempos.

Possivelmente, a mãe de Luciana adquiriu a liberdade ainda antes da lei do Ventre Livre, proclamada em 1871, e

junto de seu esposo seguiu vivendo na capital da província. Logo depois do nascimento da pequena Luciana, a família permanece residindo na capital. Poucas são as informações sobre os pais de Luciana, o que inviabiliza determinar se eles mantiveram relação com os grupos negros livres da capital da província, tampouco se eles acompanharam a filha quando a mesma fixa residência na cidade de Pelotas em fins do século XIX, que, naquele momento, assim como tantas outras do país, vivenciava a ebulição dos tempos de liberdade negra.

Cabe destacar que, no interior da província, aquela era a cidade que possuía maior proeminência econômica, fruto do trabalho nas charqueadas e conseqüente desenvolvimento, proporcionado na área urbana com o crescimento de uma incipiente indústria de estrutura mista, o que relegava à cidade o epíteto de *Princesa do Sul*.

Assim, fazemos um intervalo, para ofertar à leitora e ao leitor outros elementos a fim de que possam melhor compreender que cidade era esta que Luciana escolhera para viver e que, mesmo depois da abolição da escravidão, ainda se caracterizava por uma expressiva presença negra que destoava de um imaginário pretendido pelos ideólogos da teoria do branqueamento e daquele que ainda hoje impera não apenas nos cenários das novelas, mas também nos livros didáticos que chegam nas escolas brasileiras.

Ao investigar a experiência escravista no território sulino, a historiadora Beatriz Ana Loner, em texto intitulado *A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande*, alertava que:

Na região de Pelotas e Rio Grande, a introdução do negro se deu precocemente, juntamente com o povoamento da região, intensificando-se a partir do final do século XVIII, com o desenvolvimento das charqueadas, o que resultou numa das maiores concentrações regionais do elemento afrodescendente. Pelotas teria 1.226 escravos em 1814 e 4.788 em 1859, alcançando o ápice de 6.526 em 1884, mas decrescendo para 2.831 no ano seguinte, devido à estratégia empregada de transformação dos escravos em contratados. (...) No cômputo geral, isso significava que este município, sozinho, era responsável pela utilização de quase 10% do total de escravos do estado.

Muito embora a escravidão fosse uma marca da cidade, não é demasiado imaginar que os pais de Luciana ou a própria Luciana poderiam ter optado pela cidade, também, pelas oportunidades que a mesma oferecia, tendo em vista a presença da população negra. É importante ressaltar que, também na década do nascimento de Luciana, a cidade apresentava uma diversificação nos objetivos das associações negras ali existentes e que viriam a ser criadas, comportando elementos sobre a experiência de liberdade que se acentuava.

Essas organizações já consolidavam uma importante rede de sociabilidade negra na cidade, que certamente servia de atrativo para pessoas negras de outras localidades. A rede teve seus primeiros exemplos efetivados com a criação de irmandades negras, isto é, as primeiras associações, reconhecidas pelo governo colonial da qual se tem notícia, a aceitarem membros negros. Dentre elas a Nossa Senhora da Conceição (1820-1915); Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte (1829 - 1918); Nossa Senhora do Rosário (1831-1918) e Irmandade de São Benedito (criada por volta de 1870 e em manutenção na década de 1900). As três primeiras irmandades negras da cidade foram registradas no livro do Tombo da Igreja Matriz, e aparentemente esse formato, bem como a atuação de alguns de seus membros, como veremos, deu sustentação para a iniciativa levada a cabo por Luciana Lealdina de Araújo no ano de 1901.

As irmandades negras continuaram exercendo suas atividades ao longo do século XIX. Como destaquei em pesquisa anterior, a década que antecedeu a Abolição viu o florescer de novos objetivos e possibilidades para a organização negra pelotense. As associações negras, surgidas nos últimos anos do regime escravo na cidade, possuíam um caráter mais abertamente vinculado à libertação dos escravos e manutenção da vida em liberdade. Destacamos que estas não se encontravam mais sob

a tutela da Igreja, o que possivelmente auxiliou no alargamento de seus objetivos e ações, ou seja, o campo de negociação e suas possibilidades são também fruto do contexto social e político.

Havia associações voltadas para o grupo negro em geral como a *Feliz Esperança* (1878), que aceitava escravizados em seu quadro associativo. E tinham as voltadas para parcelas daquele grupo, de acordo com a qualificação profissional como as beneficentes *Fraternidade Artística*, fundada por artesãos negros em 28 de outubro de 1880 e a *Harmonia dos Artistas*, fundada em 1881.

A *Feliz Esperança* surgiu do objetivo de adquirir fundos para a libertação dos escravizados, através de apostas na loteria. Surgiu em 1878, com o nome *Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança*, provavelmente encontrando-se aí o fundamento para o nome da associação, ou seja, era uma feliz esperança compartilhada por negros, escravos e libertos em, lançando-se à sorte, conseguir fundos para a libertação. No ano de 1880, a associação adotou o nome de *Sociedade Beneficente Feliz Esperança*. Em 1881, o presidente dessa associação era um negro cativo, Justo José do Pacífico, o qual foi beneficiado com a liberdade, um ano depois, pelo fundo de emancipação, podendo ter se utilizado do papel, que desempenhava nessa associação, para ser bem visto pelas autoridades locais. Acreditamos que, o fato de encontrar-se

desvencilhada da supervisão da Igreja foi responsável pela diferenciação nos objetivos da associação em relação às outras irmandades existentes. Isto pode ter auxiliado na configuração de uma rede social negra diversificada, como enfatizado nas pesquisas da historiadora Beatriz Ana Loner, especialmente em *Consciência de classe e A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande*.

Compreendemos que a busca por instrução dos negros pelotenses, foi uma *estratégia* utilizada a fim de inculcar valores positivos, além de ensinamentos práticos. Tinham como intuito demonstrar que, embora excluído socialmente, o negro tinha todas as condições para viver em sociedade e ser parte dela, ou seja, um cidadão. Esta iniciativa, porém, pode ter sido temida pela elite pelotense, a qual ciente das discussões abolicionistas em nível nacional, assim como do alto contingente de negros libertos e pessoas de outras etnias em condições menos abastadas na sociedade, buscou oferecer aulas ao grupo, inculcando-lhe valores pertinentes ao regramento pretendido pelos mandatários locais. Este regramento visava uma classe trabalhadora ordeira, a qual, mais cedo ou mais tarde, ocuparia o lugar dos escravos, visto que a abolição se anunciava.

Uma última iniciativa negra, ainda *anterior* à Abolição, deu-se em 1884 através da criação da associação de representação política *Centro Ethiópico*. De acordo com estudo reali-

zado por Beatriz Loner, em *A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande*, este centro “funcionaria pela agregação de comissões que incluíam a representação de etnias originais africanas e das entidades locais” e editou um jornal em número único, de nome *O Ethiópico*, em 1886. Embora não nos tenha sido possível localizar mais informações sobre o *Centro Ethiópico*, acreditamos que o indicado pelo estudo referenciado configura que, esta associação já apresentava uma característica forte do pós-Abolição, a saber, a busca por direitos em uma sociedade emancipada, porém, na qual os negros beneficiados, com a emancipação de 1884, não eram escravos, nem livres, mas contratados. Este predicado, bem como outros, permite evidenciar que o pós-Abolição não é concebido como algo estanque e imediatamente posterior a 13 de maio de 1888.

Assim, a experiência do cativo ainda era muito marcante e a sociedade os condicionava a posições secundárias. E, embora houvesse uma tentativa de impedir a participação de negros e negras em momentos marcantes, como o foi na luta pela Abolição na cidade, estes lá estavam, conforme destacamos, anteriormente, ao relatarmos a iniciativa dos negros, escravos e livres em promover ações, objetivando comprar cartas de alforria porém com a consequente repressão policial. Dessa forma, cabia aos negros lidar com o cerceamento de sua liberdade e com

os resquícios de uma mentalidade gestada na escravidão pelos brancos, de que eles seriam perigosos quando fora do controle senhorial, como nos apresenta Marco Antonio Lório de Mello, em *Reviras, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas*.

Foi possível observar, em relação às associações negras pelotenses fundadas durante a escravidão, o objetivo de inserirem-se na sociedade por meio da sua organização, num primeiro momento, assim como, num segundo momento, na possibilidade de libertação dos escravos. E, também, foram observados dois tipos de associações: as vinculadas à religião Católica, através das irmandades (1820-1831]) e as associações beneficentes e ou em prol da causa abolicionista (1880-1884), como a Sociedade Beneficente Feliz Esperança (1880) e a Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade (1882).

Após 1888, no entanto, a situação social de negros e negras não se viu alterada para além da garantia de que eram livres. Isso, certamente, era muita coisa, mas, aos moldes do que acontecera durante a escravidão, era tempo de significar a liberdade, viabilizando, na medida do possível, um acesso à cidadania que pudesse, ao fim, resguardar direitos. O primeiro passo era aprender as primeiras letras, afinal, aos analfabetos estava excluída, inclusive, a cidadania política tão almejada.

É em meio a tamanha experiência associativa negra que, dera tantos atributos à liberdade, ainda durante a existência do sistema escravista, com que Luciana Lealdina de Araújo se depara. Não estava sozinha, e, embora tenha se visto em uma situação bastante delicada, fez do medo do fim, na iminência da morte, um disparador para se irmanar na luta por uma liberdade digna, também, para as pequenas meninas de cor. É o que veremos na sequência.

ENEGRECENDO OU DEMOCRATIZANDO OS ESPAÇOS EDUCATIVOS EM 1901?

Luciana teria chegado na cidade, no limiar do século XIX, e assim vivenciara a ebulição política e social daquelas décadas derradeiras, em que um elemento se destacou por parte, sobretudo das instituições negras ou voltadas aos grupos negros: a preocupação com a instrução e a aquisição das primeiras letras. Porém, há poucos indícios sobre a sua juventude. Mas, uma memória sobrevive ao tempo e chegou aos nossos dias, como destaca a pesquisa da educadora Jeane Caldeira. Em entrevista com uma *guardiã* da memória de Luciana, a irmã Assunta, que naquele momento (2013), era a religiosa há mais tempo presente na Instituição fundada por Luciana (o Asylo de Órfãs São Bene-

dito, atual Instituto São Benedito), destacou que a fundadora teria adquirido as primeiras letras junto aos filhos dos senhores.

Como destacado anteriormente, não há indícios de que Luciana teria sido escravizada, entretanto, ela certamente lidou de muito perto com as práticas costumeiras do período escravista. Dentre estas estava o difícil acesso às escolas públicas, sobretudo sendo ela uma mulher. Estava também a complicada inserção no mercado de trabalho, logo não é difícil supor que Luciana trabalhou junto às casas de família na condição de empregada doméstica, mais especificamente junto aos cuidados de crianças, o que pode ter lhe possibilitado aprender as primeiras letras junto destas.

Outro elemento é ainda mais presente na memória sobre Luciana e a vincula completamente àquela experiência associativa negra da cidade, trata-se de um episódio de doença em que a jovem se viu gravemente enferma, por conta de uma tuberculose. A doença provocou um elevado número de mortes na cidade, configurando-se como uma epidemia entre 1890 e 1930, atacando de forma mais incisiva pessoas negras e pardas, na faixa dos 20 e 30 anos, moradores das áreas urbanas, como observa a historiadora Lorena Almeida Gill, em sua pesquisa, *Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*.

Luciana teria permanecido enferma entre fins da década de 1890 e princípio do século XX, a doença teria sido tão devastadora que a mesma fora desengana-
nada pelos médicos, restando-lhe tão somente a fé em São Benedito, santo considerado padroeiro das pessoas negras, o qual, de acordo com a história cristã, fora um jovem negro escravizado, a quem havia sido consagrada uma importante irmandade em funcionamento na cidade e com a qual, a jovem Luciana, com pouco mais de 20 anos, já tinha contato. O referido santo não lhe faltou e a jovem curou-se da enfermidade. Era então tempo de pagar a promessa: instituir uma casa que abrigasse crianças abandonadas.

É nesse momento que a memória e a história se cruzam e acessamos Luciana Lealdina de Araújo por meio de uma série de fontes, as mesmas em que ela fora identificada com os predicados destacados no início do texto. Todos eles vinculados às noções que, em fins do século XIX e princípio do século XX, evocavam que “apesar de sua raça” e seu sexo, ela se destacara. Teria se abnegado de casar-se e compartilhar apenas o espaço previamente instituído às mulheres de forma geral, ou de unicamente prestar serviço a alguém em troca de um valor, provavelmente irrisório, como se esperava das mulheres negras, pou-

quíssimo tempo depois da Abolição. Resolveu seguir uma vida com base nos valores da caridade e não mediu esforços para que pudesse ter um papel fundamental dentro da coletividade negra.

Intuito que de pronto fora abraçado por outros destacados *homens de cor* (expressão comum para referir homens negros), que naquele período ainda que vivendo sob condições econômicas bastante precárias, quase que todos na condição de operários, juntaram esforços e uniram-se à *Mãe Luciana* na tarefa de acolher crianças, e, não apenas eles, mas também alguns outros homens, já mais abnegados, que entendiam que a caridade deveria ser desprovida de cor. Mas antes de adentrar com mais profundidade naquelas que foram a quarta e a quinta década de vida de Luciana com a criação do asilo, é tempo de entender como estava estabelecido o espaço da caridade e da educação na cidade de Pelotas.

A cidade de Pelotas, em fins do século XIX, já contava com um espaço para acolhimento de órfãs, tratava-se do Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição, fundado em 7 de setembro de 1855. No entanto, o mesmo instituiu uma condição para receber meninas: pais conhecidos. E, de forma não oficial, mas de conhecimento público, o asilo não abrigava crianças negras. Ora, não é difícil imaginar que existia um contingente considerável de crianças impedidas de serem abrigadas nesse espaço,

sobretudo tendo em vista que as mesmas eram encaminhadas especialmente pela roda dos expostos – mecanismo para abandono de crianças nas santas casas e em outras instituições de caridade – localizada na Santa Casa de Misericórdia da cidade. E é importante ressaltar que estamos reportando às décadas finais da escravidão e aos primeiros anos da República.

Porém, se as meninas tinham esse destino certo, desde que não fossem negras, os meninos, incluindo os negros, eram encaminhados às instituições marítimas militares, como a Escola de Aprendizes Marinheiros, instituída por meio do Decreto Imperial de nº 2.725, em 12 de janeiro de 1861, e que no território sulino fora erigida na cidade Rio Grande, vizinha de Pelotas. A escola recebia jovens em diferentes situações, incluindo aqueles maiores de sete anos, que até esta idade estavam sob os cuidados da roda dos expostos. E, além de ensinar ofícios servia também como ambiente correcional. Essa última função é bastante importante, tendo em vista o Código Penal, decretado apenas dois anos após a Abolição da escravidão e um ano após a Proclamação da República, dentre outros elementos, destacava no art. 30 que: “Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda a idade de 17

anos”. As pesquisas de Álvaro Pereira do Nascimento e Vinicius Pereira de Oliveira são ricas nesse sentido.

Não obstante as situações difíceis, envolvendo os(as) órfãos(órfãs), havia ainda as dificuldades de acesso aos espaços educacionais. No território sulino em 1837, entrava em vigor a Lei nº 1, que versava sobre a Instrução Pública, na qual o artigo 3º determinava quem estava proibido de frequentar as escolas públicas: “1º Todas as pessoas que padecerem moléstias contagiosas. 2º Os escravos, e os pretos, ainda que sejam livres ou libertos”.

As questões sobre a instrução para escravizados, seus descendentes e negros de uma forma geral só viriam à tona no debate público com as discussões em torno da Lei do Ventre Livre, porém, também é nesse momento que se enfatiza o papel das instituições de caridade, o que nos ajuda a compreender o intuito de Luciana. Em termos legais, apenas em 1878, um decreto permite a matrícula de libertos em cursos noturnos, desde que maiores de 14 anos, mas em momento algum se inclui as mulheres.

Nesse sentido, cabe salientar que a primeira iniciativa pública que se tem notícia, acessível aos grupos negros na cidade de Pelotas concretizou-se em 1887 com a instituição dos cursos noturnos masculinos da Bibliotheca Pública Pelotense. A

pesquisa de Eliane Perez, destinada aos cursos noturnos masculinos de instrução primária da Bibliotheca Pública Pelotense, é enfática em apresentar a centralidade desses cursos para a comunidade negra.

A análise oferecida por Eliane Peres transpareceu o objetivo de inculcar a moralidade pretendida pelas classes dominantes entre os frequentadores dos cursos noturnos, com destaque para a lógica do trabalho. A pesquisa de José Antônio dos Santos, por sua vez, destacou ainda que os cursos hierarquizaram e rotularam os alunos, em uma escala decrescente na qual no topo encontravam-se os brancos, seguidos pelos imigrantes e adultos, vindo após, os negros, nacionais e as crianças. Desta divisão estavam excluídas as mulheres, independente da procedência racial ou grupo étnico, as quais puderam frequentar as aulas noturnas somente após 1915. Os cursos oferecidos pela Bibliotheca Pública Pelotense mantiveram-se em funcionamento até meados do século XX.

É certo afirmar que, a cidade de Pelotas era bastante precária quanto ao acesso a espaços educativos e, também, para acolhimento de crianças, sobretudo meninas negras. O que nos auxilia na compreensão dos elementos que motivaram Luciana a comprometer-se com a juventude feminina negra e não negra da cidade. Ideia que, como veremos na sequência, fora abraçada por

outras pessoas. É tempo de adentrar nos meandros daquele que seria um dos grandes projetos de Luciana Lealdina de Araújo e que não tardou em gerar frutos.

Sempre vestida com o burel de São Benedito, Luciana de Araújo fazia sua peregrinação pelas ruas da cidade com o objetivo de arrecadar donativos para manter as meninas, que já somavam seis por ela acolhidas em sua humilde casa ainda antes da instituição formal do asilo. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pela jovem mulher negra, se colocariam ao seu lado homens e mulheres que, desde o século XIX, lutavam por melhorias direcionadas à comunidade negra. Infelizmente, temos poucos registros sobre o que Luciana precisou mobilizar no ano de 1900 e ainda no início de 1901 para concretizar a sua promessa. No entanto, é possível afirmar que em 6 de fevereiro de 1901, por meio das fontes resguardadas junto à instituição de caridade e educação, a ideia já havia chegado em algumas pessoas, que se irmanaram a Luciana e fazendo-se presentes em uma reunião pública buscavam formas de concretizar o seu sonho.

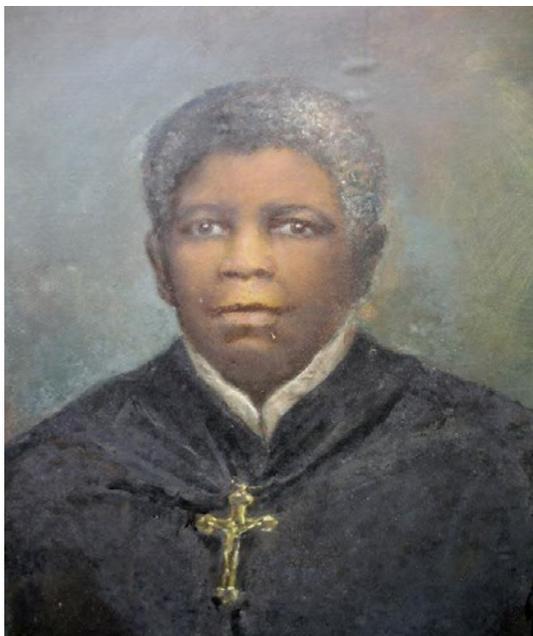


Figura 1 - Luciana Lealdina de Araújo com seu burel de São Benedito
Fonte: Acervo Digital do Instituto São Benedito

Como aponta a pesquisa de Jeane Caldeira, as primeiras pessoas a ajudarem Luciana foram suas amigas, o que fortalece o argumento que os pais da mesma já eram falecidos naquele momento e que ela não era casada nem possuía outros familiares na cidade de Pelotas. Ainda de acordo com a pesquisa, com base nos depoimentos de irmãs que ainda compõem a instituição, o nome de Maria Bárbara de Cerqueira se destaca, bem como o de um grupo de homens negros que faziam parte da Irmandade consagrada a São Benedito, dentre estes estavam

Antônio Boabad, Durval Penny, Pedro Joaquim Domingues, Benedito Lopes Duro, bem como a jovem Maria Salomé e seus irmãos José da Silva Santos e João Vicente, também negros. Voltaremos a esses nomes na sequência.

A data escolhida para oficializar a criação do Asilo São Benedito é bastante significativa do público que o mesmo pretendia atingir: 13 de maio de 1901. Passados 13 anos da Abolição da escravidão e 12 da instituição da República, em que supostamente a cor das pessoas não deveria ser um impeditivo para acessar espaços, instituía-se, na cidade de Pelotas, por obra de uma mulher negra de nome Luciana Lealdina de Araújo, o Asilo São Benedito.

No primeiro estatuto do *Asylo de Órphãs São Benedicto*, aprovado em assembleia geral, exatamente um ano após a sua criação, apresentava já no artigo 1º do capítulo 1 a seguinte informação: “O Asylo tem por único fim amparar da miséria as meninas desvalidas d’este Estado, sem distinção de cor, órfãs ou não, desde que, neste caso, o pai prove que as não pode manter, ou a mãe que aquele as abandonou”. Por sua vez, o artigo 3º informava que: “O Asylo, além do preciso a subsistência, dará às asiladas instrução e educação, primaria, moral e religiosa, cuidando, principalmente de torná-las aptas nos misteres próprios de boa mãe de família.”

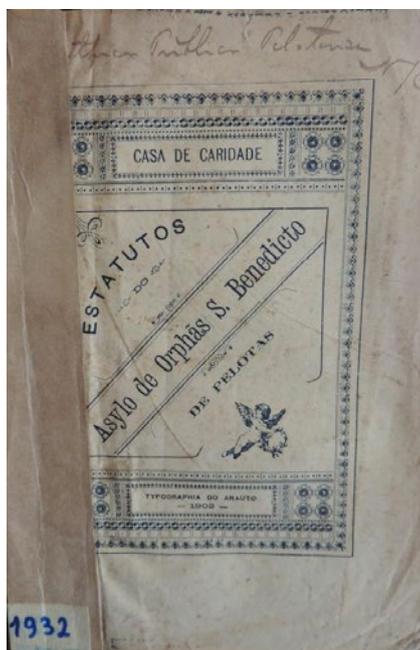


Figura 2 - Estatutos do Asylo de Órphãs São Benedicto (1902)
Fonte: Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense

Este estatuto fora elaborado por alguns nomes com significativa atuação junto à comunidade negra pelotense, como os irmãos José da Silva Santos e João Vicente da Silva Santos. José foi ainda o primeiro presidente da instituição; havia aprendido as primeiras letras junto aos cursos noturnos da Bibliotheca Pública Pelotense e já havia sido professor em um curso, direcionado a libertos e ingênuos, promovido, em 1884, pelo Club Abolicionista – criado em 1881, cujo objetivo era promover a libertação de escravizados que apresentassem boa conduta. Além

de ser membro da Irmandade de São Benedito, manteve-se na presidência do asilo até 1903 e é considerado um dos seus membros fundadores. Foi também professor em um curso noturno, promovido pela Sociedade Beneficente Fraternidade Artística, em 1888. João Vicente foi mordomo da primeira diretoria do Asylo, também aprendera as primeiras letras nos cursos noturnos da biblioteca e fora professor do curso noturno para ingênuos no Clube Abolicionista. Manteve-se na direção do Asylo até 1904, ano em que faleceu prematuramente com pouco mais de trinta anos.

Como era do intuito de Luciana, o Asylo ofertava aulas de educação primária para as meninas ali abrigadas e estas classes estavam sob responsabilidade de Alayde da Silva Santos e Maria Salomé Santos. Alayde era esposa de José da Silva Santos e Maria Salomé era irmã de José e de João Vicente, esta fora zeladora do Asylo na primeira diretoria.



Figura 3 - Maria Salomé da Silva Santos
Fonte: *Vultos negros do Rio Grande do Sul* (1988)

Ainda de acordo com o primeiro estatuto da instituição, é possível mapear algumas outras pessoas que, se não eram do círculo pessoal de amizade de Luciana, eram no mínimo adeptas da ideia encabeçada por ela. Cabe então destacar que, na comissão responsável por redigir o referido documento, datado de 31 de maio de 1902, estavam Filinto Alves de Moura, administrador do jornal *A Opinião Pública*, Juvenal Augusto da Silva, escrivão judiciário, e os já mencionados João Vicente da Silva Santos e José da Silva Santos, ambos construtores. Todos eram negros.

Dentre as funções destacadas no estatuto, que inclui presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, adjunto de tesoureiro e mordomos, encontramos mulheres apenas na condição de zeladoras, sendo essa função atrelada à administração interna, ocupada por 12 pessoas, cada uma em um mês:

§1º - Manter a devida decência e decoro do Asylo, representando, diretamente ao Presidente contra quaisquer atos que ofendam.

§2º - Zelar os trabalhos e estudos das asiladas (...)

§3º - Providenciar para que nada falte às asiladas, requisitando ao respectivo mordomo o que for preciso comprar e indicando-lhe quaisquer medidas que se tornem convenientes.

§4º - Prover, no caso de moléstia de alguma asilada, que as prescrições médicas sejam, rigorosamente, cumpridas, de modo que nada falte à doente, e as outras fiquem livres da transmissibilidade mórbida.

As zeladoras eram: Esperança Soares da Silva, Cândida da Silva Campos, Julieta Baptista de Magalhães, Lucia da Silva Braga, Maria dos Santos Silva, Cipriana Brizolara, Fortunata Severina da Silva, Sophia de Siqueira Passos, Salomé Santos, Francisca da Cunha Rosa, Carolina Vilhaça de Freitas e Zulmira Barcellos. Infelizmente, dispõe-se de raras informações acerca dessas mulheres, no entanto, as pesquisas de Beatriz Ana

Loner e Jeane Caldeira, dedicadas à comunidade negra pelotense e, em especial, ao Asilo São Benedito, enfatizam que as mesmas eram negras e esposas ou familiares de membros da diretoria. Nesse sentido, a título de exemplo, já referiu-se a Salomé Santos, que era irmã de José da Silva Santos (presidente) e viria a torna-se professora de música. Os sobrenomes dos membros, sobretudo aqueles nomeados como *mordomos* permitem acompanhar alguns desses indícios acerca dos laços familiares: Idalino Soares da Silva, João da Silva Campos, José Cupertino Magalhães, Firmo da Silva Braga, Adão Lopes da Silva, Paulino Brizolara, Raphael Ignácio da Silva, Ignácio Passos, João Vicente da Silva Santos, Bento Francisco da Rosa, José Pedro de Freitas e Modesto de Passos Barcellos.

Alerta-se, no entanto, que de forma alguma pretende-se afirmar que as existências daquelas mulheres estavam restritas a uma sombra dos respectivos esposos ou irmãos. Busca-se oferecer indícios que permitem ver uma movimentação coletiva negra, que valorizava laços familiares para além daqueles estritamente consanguíneos, extensivos à comunidade, e que atuavam em prol de pessoas menos favorecidas. Ainda que atuassem apenas no âmbito interno do asilo, talvez como a própria Luciana, era também nesse espaço que essas mulheres puderam forjar outras existências comprometidas com uma existência corpórea

e da mente, que transgredia os limites do lar e as colocavam numa esfera pública, mesmo que ainda marcada por alguns limites impostos bastante evidentes, numa sociedade recentemente egressa da escravidão.

E, é também vinculada à administração interna que provavelmente Luciana manteve-se ativa no *Asylo*. Seu nome aparece no referido documento apenas em uma passagem que reportaremos a seguir, porém, antes disso, faz-se importante observar o descrito na função referida: “A administração interna será confiada à uma senhora de provada idoneidade, sob a imediata inspeção de doze zeladoras, cada uma das quais servirá ao mês que lhe for designado pela Diretoria.” Ao final do documento constam os nomes dos sócios beneméritos, e então nos deparamos com Luciana Lealdina de Araújo. Esta inclusão, somada ao descrito como fundamental para ter o reconhecimento como sócio dessa natureza, nos ajuda a fortalecer o argumento de que Luciana manteve-se à frente da administração interna da instituição por ela idealizada. A referida descrição de sócio benemérito indicava que o título era restrito aos “sócios que fizerem esmola de mais de 500\$000, e os que prestarem relevantes ou extraordinários serviços ao *Asylo*, a juízo da Diretoria, sendo este título concedido por proposta, pelo menos, de metade e mais um dos respectivos membros”. Ora, tendo em vista os

adjetivos utilizados para referir-se a Luciana, dispostos ao início do texto, enfatizando-se a condição social da benemérita, não é demasiado admitir que o título lhe foi concedido em função dos *relevantes* serviços prestados.

Nesse momento, Luciana tinha pouco mais de 30 anos, estava cercada por um grupo de mulheres e homens negros, e, ao que tudo indica, administrava uma instituição que crescia e era vista com bons olhos pela elite pelotense, o que certamente auxiliou na aquisição de um local próprio e amplo para o referido asilo, cerca de 15 anos depois de sua criação. Como destaca Jeane Caldeira, a instituição sempre se manteve localizada em área nobre da cidade, próxima de importantes instituições religiosas, como a Catedral São Francisco de Paula, localização mantida até a atualidade e que remonta aos momentos iniciais, visto que o primeiro prédio, alugado, localizava-se na mesma praça, Praça Bonifácio, a mesma que abriga a igreja matriz da cidade – a Catedral São Francisco de Paula.



Figura 4 - Instituto São Benedito
Fonte: Acervo Digital do Instituto São Benedito



Figura 5 - Lateral do Instituto São Benedito
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora



Figura 6 - Detalhe lateral do Instituto São Benedito
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

ALARGANDO OS LAÇOS, MORTE E MEMÓRIA

Junto a algumas das mulheres negras já citadas aqui e a outras mulheres que se somaram na obra de caridade e educação, Luciana pôde concretizar o acesso à instrução primária das órfãs asiladas. Meninas que no início eram em número de oito, viram-se em número de quase 30 ao longo da primeira década do asilo. Crescente este que teria sido registrado pelo fotógrafo André Hyppolito, em 1906, como destaca a pesquisa de Jeane Caldeira. A imagem disposta a seguir não exige muito esforço para perceber a presença do grande número de crianças negras, bem como de mulheres negras adultas, que, provavelmente, desenvolviam atividades com as crianças e cuidavam das atividades internas do asilo. Infelizmente, não há a descrição das pessoas que aparecem na imagem, mas tendo em vista as demais imagens de Luciana, é possível que ela seja a mulher que aparece ao centro da imagem, na frente, com um bebê no colo.



Figura 7 - Órfãs e trabalhadoras do Asilo São Benedito (1906)
Fonte: Acervo Digital do Instituto São Benedito

Porém, quando o asilo completou dez anos, em 1911, Luciana já estava em outros pagos, mais precisamente, em Bagé, na fronteira com o Uruguai, para onde se mudou, no ano de 1908. Isso não significou nem o fim do asilo, tampouco a desilusão com a caridade em prol de crianças órfãs. Muito embora, possa conter elementos acerca de um possível cerceamento na execução de suas ideias, ou mesmo do protagonismo de pessoas negras à frente da instituição. Visto que é a partir de 1909, ou seja, um ano após sua mudança, que o asilo passa a contar com maior gerência de pessoas brancas, e, a partir de 1912 passa a ser administrado pela congregação da Ordem Puríssimo Coração de Maria.

Nesse sentido, parecem peculiares as linhas publicadas pelo jornal da imprensa negra pelotense, *A Alvorada*, acerca desse momento: “(...) Pelotas inteira assistiu essa Matrona de ‘cor’ iluminada por grandiosos sentimentos, iluminada pela realização de um pensamento evangélico de doá-la com a assistência de um orfanato de sua raça, já que a raça branca tinha, como filha de Deus, um Asilo de Órfãs para ampará-la.” A matéria de folha inteira, publicada em 7 de maio de 1933, (após o falecimento de Luciana), que dava título à matéria vindo o seu nome precedido de “D.”, ou seja, Dona, apresentava um tom explicitamente irônico e reconhecia o protagonismo de Luciana Lealdina de Araújo em prol das crianças negras, as quais não eram aceitas no asilo Nossa Senhora da Conceição. E, na sequência destaca: “tendo levado a efeito sua missão e fundado o Asilo de S. Benedicto de Pelotas, e ainda sob espinhos e ingratidões, rotas as sandálias a palmilhar sarcasmos de uns e motejos incrédulos de outros, ei-la a caminho de Bagé ”. Embora possa ter ocorrido algumas frustrações que motivaram Luciana a mudar-se de cidade, o que se sabe é que ela seguiu seu caminho rumo à Bagé. Vejamos.

Deslocando-se de trem para a cidade que dista pouco mais de 180 km de Pelotas, já com quase 40 anos e na companhia das crianças Alice, Avelina e Julieta, Luciana chegou a Bagé e encontrou sobrevivência financeira com a produção e comer-

cialização de doces na mesma estação férrea em que desembarcou. Não tardaria para que naquela cidade, ela também fosse chamada de “Mãe Luciana”, ora porque continuava a acolher crianças, ora porque se portava com muita bondade com crianças, que por vezes não tinham pais, que pudessem arcar com a compra de doces.

Assim, ainda que de forma póstuma, é interessante acompanhar o que a pesquisa de Jeane Caldeira, tendo por base um jornal bageense, *Correio do Sul*, publicado nos idos de 27 de junho de 1947 e tendo por objetivo homenagear a fundadora do Orfanato São Benedito daquela cidade, destacava:

Num desses dias que correm normalmente, às 17 horas e 30 minutos, pelo trem vindo do litoral, no ano de 1908, chegava a esta cidade, incógnita, a **parda** Luciana Lealdina de Araújo. Ninguém a esperava, para nós eram desconhecidas as suas virtuosas credenciais. Na estação local não havia flores, nem música, nem foguetes, nem mesmo pessoa alguma, aguardando a grande alma que passaria a conviver conosco. Trazia a boa Luciana, o que bem poucos conheciam, um coração repleto de sublimes virtudes evangélicas; acompanhava-a um nobre ideal: o firme propósito de fundar o Orfanato São Benedito, a exemplo do que já havia feito na cidade de Pelotas. Sua bagagem constava de pouca roupa, muitas imagens de santos, em medalhas – de metal – e em papel, e três meninas por ela criadas, a Alice, a Avelina e a Julieta.

Tais características, evocadas postumamente nas páginas do referido jornal, teriam sido as responsáveis por aproximar Luciana do Monsenhor local, Costabile Hyppolito, o qual não mediu esforços para ver se efetivar em Bagé um orfanato aos moldes daquele que ela havia fundado em Pelotas, e também consagrado a São Benedito. Este viria a ser fundado em 1º de setembro de 1909, ou seja, um ano após a chegada de Luciana à cidade. E, como consta na matéria publicada no jornal pelotense, *A Alvorada*, os estatutos da instituição em suas disposições gerais registravam que: “Nos fundos do Orfanato ‘S. Benedicto’ fica uma modesta casa com frente para a rua General Osório em usufruto e moradia de D. Luciana Lealdina de Araújo em quanto viver, como homenagem e gratidão pelos relevantes serviços prestados pela mesma Senhora à benemérita instituição”. Na sequência da matéria, há uma imagem de Luciana na companhia de dois órfãos, cuja data não foi informada e a transcrição da ata de fundação do Orfanato de São Benedito, na cidade fronteira, Bagé, ao contrário do que acontecera em Pelotas, o protagonismo de Luciana foi destacado:

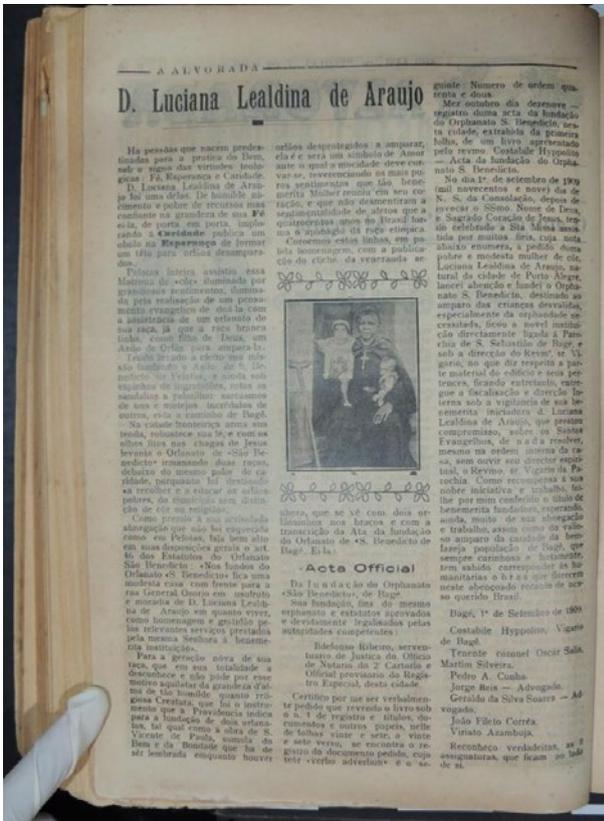


Figura 8 – D. Luciana Lealdina de Araújo
Fonte: A Alvorada (07 mai. 1933, p. 2) / Acervo da Biblioteca Pública Pelotense

Transcrição da Ata Oficial de Fundação do Orfanato São Benedito

<Ata Oficial. Da fundação do orfanato <<São Benedito>>, de Bagé. Sua fundação, fins do mesmo orfanato e estatutos aprovados e devidamente legalizados pelas autoridades competentes: Ildelfonso Ribeiro, serventão de justiça do Ofício de Notário do 2º Cartório Oficial provisorio do Registro Especial, desta cidade

guide. Numero de ordena que-
rena e doas.
Mez outubro dia dezesseis
regiatio duma ata da fundação
do Orphanato S. Benedito, sen-
ta cidade, extabida da seguinte
folha, de um livro apresentado
pelo srmo. Constabe Hyppolito
— Acta da fundação do Orphanato
S. Benedito.

No dia 17 de setembro de 1933
(mil novecentos e nove) dia de
N. S. da Exaltación, depois de
interceder o Srmo. Nome de Deus,
e Sagrado Coração de Jesus, rep-
resentado por Sua Mãe assenta-
da por muitos Srs. cuja nota
abaxo emerece, a pedida duma
pobre e modesta mulher de cor,
Luciana Lealdina de Araujo, na-
tural da cidade de Porto Alegre,
lançou abenço e fundou o Orphanato
S. Benedito, destinado ao
amparo das crianças desvalidas,
especialmente da ephebeidade ve-
ceralizada, fozco a novel institui-
ção directamente ligada à Pa-
roquia de S. Sebastião de Bagé, e
sob a direcção do Srmo. sr. Vi-
gário, ao que diz respeito a par-
te material do edificio e seus per-
tencios, ficando entretanto, entre-
que a fiscalizacao e direcção in-
terna sob a vigilância de sua be-
nemerita iniciadora D. Luciana
Lealdina de Araujo, que fozco
compromisso, adora, os Srsos
Evangelhoz, de n. d. a resolver,
como se ordena abaxo da ca-
sa, sem ouvir seu director espi-
ritual, o Srmo. sr. Vigário da Pa-
rochia. Comezou-se a sua
benemerita fundação, operando,
ainda, muito de sua abnegação
e trabalho, avessa como do valio-
so amparo da cadeia da ben-
fazeja populosa de Bagé, que
sempre caridoso e humanis-
mo salido correspondido as be-
nemeritas o h. a. que fozco
neste abençoado tocado de ser
no querido Brasil.

Ata Oficial

Da fundação do Orphanato
<São Benedito>, de Bagé.
Sua fundação, fins do mesmo
orphanato e estatutos aprovados
e devidamente legalizados pelas
autoridades competentes

Ildelfonso Ribeiro, serven-
tão de justiça do Ofício de
Notario do 2º Cartório
Oficial provisorio do Regis-
tro Especial, desta cidade

Certifico por me ser veridamen-
te pedido que revestia a livro sob
o n. 1 de registro e titulos, de
cumulo e outros papeis, nelle
e neste verso, se encontra o re-
gisto do decernimento pedido, cujo
texto <verbo abençoado> é o se-

- Bagé, 17 de Setembro de 1933
- Constabe Hyppolito, Vigário
de Bagé
- Tenente coronel Oscar Salá,
Martim Silveira,
- Prof. A. Cabral
- Jorge Reis — Advogado
- Gerardo da Silva Soares — Ad-
vogado.
- João Filio Cortez
- Vinício Aramboljo.
- Reconheço veracidade de a
assinaturas que ficam no final
de a

e Oficial provisório do registro Especial, desta cidade. Certifico por me ser verbalmente pedido que revendo o livro sob o n. 1 de registro e títulos, documentos e outros papéis, nele de folhas vinte e sete, a vinte e sete verso, se encontra o registro do documento pedido, cujo teor <<verbo *adverbun*>> é o seguinte: *Número de ordem quarenta e dois. Mês outubro dia dezenove – registro dum acta da fundação do Orfanato S. Benedicto*, nesta cidade, extraída da primeira folha, de um livro apresentado pelo Revmo. Costabile Hyppolito – Ata da fundação do Orfanato S. Benedicto. No dia 1o de setembro de 1909 (mil novecentos e nove) dia de N. S. da Consolação, depois de invocar o SSmº. Nome de Deus, e Sagrado Coração de Jesus, tendo celebrado a Sta. Missa assistida por muitos fieis, cuja nota abaixo enumera, a pedido **duma pobre e modesta mulher de cor, Luciana Lealdina de Araújo**, natural da cidade de Porto Alegre, lancei a benção e fundei o Orfanato S. Benedicto, destinado ao amparo das crianças desvalidas, especialmente ligada à Paroquia de S. Sebastião de Bagé, e sob a direção do Revmo. S.r. Vigário, no que diz respeito a parte material do edificio e seus pertences, ficando entretanto, entregue a fiscalização e direção Interna sob vigilância de sua **benemérita iniciadora** Luciana Lealdina de Araújo, que prestou compromisso, sobre os Santos Evangelhos, de nada resolver, mesmo na ordem interna da casa, sem ouvir seu diretor espiritual, o Revmo. S.r. Vigário da paroquia. Como recompensa à sua nobre iniciativa e trabalho, foi-lhe por mim conferido o título de **benemérita fundadora**, esperando,

ainda, muito de sua abnegação e trabalho, assim como do valioso amparo da caridade da benfazeja população de Bagé, que sempre carinhosa e fartamente, tem sabido corresponder às humanitárias obras que florescem neste abençoado recanto de nosso querido Brasil. Bagé, 1º de Setembro de 1909. Costabile Hyppolito, Vigário de Bagé. Tenente coronel Oscar Salis, Martim Silveira. Pedro A. Cunha. Jorge Reis – Advogado. Geraldo da Silva Soares – Advogado. João Fileto Corrêa. Viriato Azambuja. Reconheço verdadeiras, as 8 assinaturas, que ficam ao lado de si. (Grifos meus)



Figura 9 - Destaque a Luciana Lealdina de Araújo e dois órfãos.
Fonte: A Alvorada (07 mai. 1933, p. 2) / Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense

A ata, além de conferir o protagonismo a Luciana Lealdina de Araújo, enfatiza suas características sociais: pobre e modesta mulher de cor. O que denota a centralidade da raça, gênero e classe naqueles idos de 1909, numa cidadezinha do interior do estado do Rio Grande do Sul, que, aos moldes de Pelotas tivera uma população negra expressiva nos anos que antecederam a Abolição da Escravidão e que se manteve nos anos seguintes. Destaque semelhante se daria anos após, em 1947, como se depreende da passagem apresentada anteriormente, do jornal *Correio do Sul*, com a expressão “parda Luciana”.

Nas estatísticas nacionais brasileiras, o quesito cor aparecera entre 1872 e 1890 e depois só em 1940. Nestes dados, Bagé apresentava uma população de 7.045 pretos e 4.854 pardos, em um total de 59.000 habitantes, enquanto Pelotas consolidava-se como grande cidade, apresentando 9.620 pretos e 5.961 pardos, em um total de 104.553 habitantes. Destaco que em Pelotas e Bagé, a proporção de pretos para pardos é de quase o dobro.

Essa presença maior de pretos em relação aos pardos, contrariando o processo que se via no resto do Brasil, como apontaram as pesquisas de Kim Butler e de George Reid Andrews para São Paulo e Salvador, por exemplo, certamente teve um impacto na forma como a racialização foi vivida no extremo sul do país pelos grupos negros. Elemento semelhante

está nos dados do censo de 1940 e 1950, conforme tabela 1, a seguir. Uma das possibilidades interpretativas é que a comunidade negra sulina ou não tinha acesso à mestiçagem ou de fato estava fechada.

Tabela 1 - População branca, parda e preta nos censos de 1940 e 1950

ANO	BAGÉ		PELOTAS	
	Branco	Preto + Pardo	Branco	Preto + Pardo
1940	47.064	(7045+4854) 11.899	88.918	(9620+5961) 15.581
1950	52.937	(6.993+4.902) 11.895	109.458	(11730+5943) 17.673

Fonte: IBGE (1955)

Fora em meio a essa substancial presença negra que, Luciana Lealdina de Araújo realizou seu projeto. Se na cidade de Pelotas, ela contou com uma rede considerável de mulheres e homens negros, em Bagé pode ser que não tenha sido tão diferente, muito embora poucos sejam os registros disponíveis.

No entanto, um indício se coloca como bastante elucidativo desse projeto político levado a cabo por mulheres negras, e, evidentemente, da centralidade da raça e da forma como se continuou a descrever pejorativamente os negros, acionando caracteres raciais e explicitamente configurando o que identificamos como racismo. A matéria é bastante posterior ao período

abordado aqui, data de 1978, por isso também exige atenção e nos chama a refletir sobre como determinados elementos seguem sendo abordados. Em sua pesquisa, Jeane Caldeira apresenta o retrato do racismo. Trata-se da referência a Florentina Ferreira, descrita em jornal local de Bagé como: “preta baixinha, gorducha, cabelos encarapinhados, formando como que uma touca, sem encostar nas orelhas, pernas em arco, exageradamente tortas”, e, na sequência complementava ser a mesma, em relação a Luciana “irmã direta do mesmo ideal”. Não se sabe ao certo quando Florentina se aproximou de Luciana, mas é possível que tenha sido em meados da década de 1910, visto que a matéria referenciava à já condição difícil de Luciana. Aparentemente a vida de Luciana não fora fácil, marcada por muita abnegação, talvez desde antes de seu adoecimento por conta da tuberculose, o que pode ter se agravado com o trabalho constante junto às instituições de caridade.

Voltaremos ao acionar de elementos racistas nas matérias contemporâneas ou posteriores em referência a Luciana. Porém, gostaria de chamar a atenção para a forma como a raça certamente ainda mobilizava Luciana a agir em prol de crianças negras, provavelmente tão discriminadas em Bagé como o eram em Pelotas. Nesse sentido, cabe observar a imagem seguinte, que não deixa dúvidas acerca das órfãs e órfãos atendidos pelo

Orfanato de São Benedito, durante a manutenção de Luciana Lealdina de Araújo em funções internas, bem como acerca das mulheres que desempenhavam funções no orfanato. Não é possível afirmar que, não havia mulheres brancas naquele espaço, mas, nos parece bastante significativa a presença massiva de mulheres negras na imagem, na companhia de aparentemente apenas uma pessoa branca, um homem, talvez o vigário Costabile Hyppolito. A imagem possivelmente foi registrada no primeiro semestre de 1919 e publicada, no mesmo ano, na revista *Ilustração Pelotense*:



Figura 10 - Orfanato São Benedito – Bagé

Fonte: *Ilustração Pelotense* (1919, p. 9) / Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense

Poucos elementos temos sobre o final da vida de Luciana Lealdina de Araújo e sobre aquelas que junto dela fizeram do Orfanato São Benedito um espaço que possibilitava educação formal a meninas e meninos negros. Mas é sabido que ela fora reconhecida em vida pelo seu trabalho, como já aparecera na ata de fundação da instituição bajeense e fica bastante evidente por meio de duas publicações das décadas de 1910 e 1920 de autores com reconhecimento efetivo na região e mesmo nacionalmente.

A primeira delas veio a público em 1920, tratava-se do livro *Jornadas do meu país*, um relato de viagem feito ao Sul do Brasil, pela escritora carioca Júlia Lopes de Almeida. A já renomada escritora, mulher branca, membro da elite da então capital da República, Rio de Janeiro, e com papel fundamental na criação da Academia Brasileira de Letras (ABL), esteve na cidade de Bagé, no ano de 1918, e ouvira falar sobre Luciana por meio do vigário da Matriz, que, de acordo com suas palavras, contou-lhe “a história interessante de um orfanato criado por inspiração de *uma preta*, e o que é mais singular: uma *preta pobre*, e que só pelo influxo da sua piedade e da sua energia consegue manter em Bagé, sob humilde teto, um rancho de órfãos a quem dá pão e mestres.” É evidente o estranhamento da escritora em relação à personagem relatada pelo vigário, afinal, não

se tratava tão somente de uma mulher *preta*, mas uma mulher *preta pobre*.

Mas o estranhamento e as palavras destinadas a Luciana Lealdina de Araújo não foram apenas essas, a escritora relata como teria se dado a aproximação entre o vigário e Luciana, de acordo com ele: “Ihe aparecera após a missa, na sacristia da Matriz para a confissão de um pensamento que cada vez mais avultava no seu espírito mas que ela tinha certo pudor de revelar, tão insignificante e miserável se considerava na sociedade como diante de Deus.” O pensamento em questão era o mesmo que Ihe movera em Pelotas e que acompanhamos até então: “dedicar-se, só e absolutamente, ao cuidado de criar crianças sem pais.” É então que Júlia Lopes de Almeida enfatiza mais uma vez elementos de caráter essencialistas e explicitamente pejorativos atribuído a Luciana, uma mulher cuja “pobreza e a sua raça tiravam-lhe a força e o prestígio que essas ideias requerem, e assim vivia na tristeza de ver esgotar-se sem nenhum proveito a energia da sua vontade e as horas mais aproveitáveis da sua existência inútil.”

A passagem deixa bastante evidente a racialização das relações sociais que perduravam ainda naquele extremo sul, e que, ao que tudo indica, era ainda mais perverso quando somada às questões de gênero, sobretudo ao feminino. Muito embora

Júlia fosse também mulher, e inclusive enfrentara impedimentos por conta disso, dentre eles o mais notável e reverberado até os nossos dias, não poder ocupar cadeira na ABL, mesmo tendo sido uma de suas idealizadoras, por ser mulher, reverberou em seus escritos não apenas o lado perverso da generificação, mas também a racialização do gênero.

Não obstante, é sabido que as relações sociais compõem um todo complexo, e Luciana estava inserida nisso. A autora em questão não furtou-se em engessar Luciana em uma única história de pobreza, e reverberar os elementos das teorias raciais que circulavam pelo Brasil desde fins do século XIX, em que a raça negra era tida como degenerada e desprovida de boas ações por uma questão de fundo essencial, logo, inerente. Porém, ainda assim, reconheceu que a *pobre* pode, com auxílio do dito vigário, “realizar com modéstia um pequeno asilo de órfãos a que ela consagra hoje toda a sua vida”. E, ao que tudo indica nos idos de julho de 1918, Júlia Lopes de Almeida foi conhecer pessoalmente o asilo idealizado por Luciana, e essa a recebeu pessoalmente, encontro esse que nos lega uma importante descrição de Luciana Lealdina de Araújo, agora mais dotada de humanidade, muito embora seu nome não tenha sequer aparecido nos escritos presentes em *Jornadas do meu país*:

Quando entrei nessa casa de caridade, veio receber-me uma mulher alta, vestida com uma túnica de burel pardo cingido ao corpo por uma corda, como as das monjas. De sua face escura irradiava simpatia e bondade. Era ela. É a primeira vez que vejo no Brasil realizada uma obra de benemerência por uma mulher da mais humilde condição, pobre e de cor.

Cerca de um ano depois desse encontro, em julho de 1919, Luciana Lealdina de Araújo se afasta da direção do Orfanato São Benedito, o qual passa a administração da congregação religiosa Puríssimo Coração de Maria, que também administrava o orfanato de Pelotas. Voltaremos a esse episódio na sequência.

A segunda publicação veio a público em 1922, tratava-se da obra comemorativa *A cidade de Pelotas*, de autoria de Fernando Osório, um proeminente autor pelotense, membro da elite local. Nesta obra, o autor refere os escritos de Olavo Bilac, que teria ido ao encontro de Luciana em 1916 e, sobretudo de Júlia Lopes de Almeida, como forma de demonstrar o alcance e circulação dos feitos de Luciana Lealdina de Araújo, nomeada apenas pelo nome.

E, muito embora a maior parte dos escritos seja um compilado daquilo que consta no livro de Júlia, o autor faz alguns breves comentários sobre Luciana, ao referir-se ao Asilo São

Benedito, no âmbito daquilo que ele identificou como *O Espírito Associativo* de pelotenses e pessoas que elegeram a cidade como moradia: “Luciana, essa preta pobre, só pelo influxo da sua piedade e da sua energia conseguiu inspirar a criação e a manutenção, em cidades do Rio Grande, de verdadeiros templos de instrução e caridade, como o Asilo São Benedito, fundado em 6 de fevereiro de 1901”. A passagem, embora curta, é significativa de questões envolvendo raça, com a ênfase à *preta*, classe, ao destacar sua condição de pobreza, e gênero.

O autor, aos moldes de Júlia Lopes de Almeida, reverberava em seus escritos ideias de cunho racista que atribuíam elementos pejorativos e não humanos a pessoas negras, vistas como hierarquicamente inferiores às brancas, essas sim providas dos mais nobres sentimentos, inclusive aquele da caridade. As pesquisas de Caiuá Cardoso Al-Alam e Sarah Calvi do Amaral Silva trazem exemplos desse alinhamento às teorias raciais nos escritos de intelectuais sulinos.

Ao se afastar do Orfanato, em 1919, Luciana fica à frente de uma creche, possivelmente até 1930, quando acaba por falecer aos 27 dias do mês de novembro. No entanto, é justamente a partir desse momento que é registrado seu nome em vários documentos, sendo lembrada sobretudo por membros da comunidade negra em prol de melhores condições educacionais,

seguindo os passos da carinhosamente chamada *Mãe Luciana*. Também o poder público contribui para a manutenção da memória de Luciana e sua inserção na dita história oficial, visto que na cidade de Bagé, ela dá nome a uma rua, o mesmo acontecendo em Pelotas, onde dá nome a uma escola, a qual fazia parte do próprio asilo que fundou e que, em 1950, fora municipalizada. Assim como um prédio residencial é registrado com seu nome.

É também desse período a maior parte das fontes históricas escritas que chegaram aos nossos dias e nos possibilitam acompanhar os passos de Luciana. Nesse sentido, em maio de 1933, *A Alvorada*, publicava a seguinte homenagem a Luciana:

Na cidade fronteira arma sua tenda, robustece sua fé, e com os olhos fitos nas chagas de Jesus levanta o orfanato de <<São Benedito>> irmanando duas raças, debaixo do mesmo palio de caridade, porquanto foi destinado <<a recolher e a educar órfãos pobres, do município sem distinção de cor ou religião>>.

O mês marcava o aniversário de *A Alvorada*, que então completava 26 anos, a criação do Asilo de Órfãos São Benedito, na cidade de Pelotas, então com 32 anos, e a data magna da Abolição. A passagem presente no jornal *A Alvorada* também enfatiza a questão de raça, contudo gostaria de chamar a atenção para a questão da educação. Se, em um primeiro contato com Luciana, somos apresentadas e apresentados a uma jovem

negra, de condição humilde, desejosa de pagar uma promessa e praticar a caridade, como nos parece que ela de fato praticou até os últimos dias de sua vida. Após o seu falecimento, sobretudo na década de 1930, o que acompanhamos é a valorização do seu intuito de levar educação àquelas jovens meninas órfãs.

Não nos parece demasiado afirmar que, a educação pretendida e de fato ofertada nas instituições as quais Luciana liderou, não se restringia a uma instrução para as lides domésticas, pois tratava-se de repassar ensinamentos e habilidades que possibilitassem não apenas a emancipação econômica, mas também a intelectual. Tal e qual acontecia nos estabelecimentos voltados para meninas brancas.

Embora a cor não fosse um impedimento presente nos corpos de normas para acessar os espaços de instrução, incluindo os caritativos, ela reinava na sociedade e criava uma série de acessos e impedimentos. Essa certamente era uma marca dos tempos de liberdade, em que o que mais se observou foi uma liberdade sob rasura, passível de ser vivenciada em plenitude apenas quando era elevada a um projeto político coletivo, marcado por uma postura crítica radical. Radical não no sentido de apartar-se e corroborar com uma segregação que persistia, mas no sentido de fazer com que a raça – e o gênero – não fossem impedimentos em essência.

A década de 1930 na cidade de Pelotas, bem como em São Paulo e em outras cidades do país e para além das fronteiras nacionais, foi marcada por um discurso de valorização do ser negro aliado a uma denúncia do dito *preconceito de cor*, o que foi vivenciado também em diferentes pontos das Américas, cujo ponto alto está nos movimentos da negritude, idealizados por afro-americanos e que ficou conhecido como *New Negro*. Assim, a iniciativa de Luciana e de seus apoiadores e apoiadoras, eram constantemente lembrados e entendidos como faróis em tempos ainda tão marcados pela compreensão de que a raça negra era inapta para viver em liberdade. Chegávamos aos tempos da *segunda Abolição*, e a tarefa levada a cabo por Luciana era o sinônimo dos novos tempos vividos por mulheres e homens negros, em que a educação marcada por posturas contrárias à manutenção do preconceito de cor era fundamental para a efetivação da República, e, conseqüentemente da cidadania.

Afinal, nos estabelecimentos mantidos unicamente pelo estado, essa ainda não era a atitude comum, como se depreende em matéria publicada no jornal *A Alvorada*, em 9 de março de 1947, por exemplo, em que se transcreveu a denúncia feita por Miguel Barros, articulista do jornal, *representante da raça etiópica do Rio Grande*, e membro da *Frente Negra Pelotense*, fundada em 10 de maio de 1933 e ativa pelo menos até 1937, da qual o

referido jornal era porta-voz. No I Congresso Afro-Brasileiro, durante seu discurso nos idos de 1934, Barros revela que:

No comércio, no funcionalismo, preto vegeta em porteiros, contínuos, etc. Surge sempre a expressão do pistolão que ao solicitar emprego, diz: “É meu sobrinho rapaz inteligente e... é branco”. A mulher é a ama, doméstica, costureira. Atualmente onde a mulher pode exercer sua atividade, é no funcionalismo, no professorado.

Muitas jovens etíopes, que se diplomam educadoras, lutam para conseguir lecionar e tem que o fazer particularmente, na impossibilidade de trabalhar para o Estado. A maioria desiste, vendo os exemplos dolorosos e vai para a costura, condição máxima, que pode desejar a mulher que possui os “considerados” característicos da descendência africana.

Ainda sobre a memória de Luciana cabe mencionar um fragmento do discurso proferido por Carlos Santos (1904-1989) em honra do cinquentenário do Asilo São Benedito de Pelotas, no ano de 1951:

(Luciana Lealdina de Araújo) Sem descer aos *báratros deletérios do racismo*, ela fixou, de modo especial, os seus pensamentos nas *suas irmãs de sangue*, porque, aí, ela sentiu melhor a infância mutilada pelos horrores de uma condição social e econômica sobremodo miserável, realçada pelos complexos naturais de uma geração que viveu o *drama da Casa Grande e da Senzala*, portanto,

sem os encantos tão próprios da *floração do rosicler da existência*.

E Deus ouviu os seus rogos, e o Anjo Negro da Caridade cumpriu a sua jura.

Pelotas foi eleita a cidade líder do grande movimento de humana solidariedade, e surgiu aqui o Asilo de Órfãos de São Benedito, cabendo a Bagé a segunda fundação de idêntica instituição (grifos meus).

Santos, naquele momento, era um homem negro com 47 anos, descendente da família dos Silva Santos, cujo tio José Santos fora o primeiro presidente do asilo, e a tia, Maria Salomé fora professora de música das asiladas nas primeiras décadas do século XX. Nascido na cidade de Rio Grande e bastante proeminente na comunidade negra de operários e no meio político sulino, já havia sido deputado classista entre 1935 e 1937, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o primeiro deputado negro do estado, como bem destacam as pesquisas de Beatriz Ana Loner e Arilson dos Santos Gomes. Sua presença nas festividades do cinquentenário, enfatizando o protagonismo de Luciana Lealdina de Araújo, explicita como a memória daquela mulher havia sido mantida dentro da comunidade negra e, sempre que possível, era também compartilhada com outros grupos.



Figura 11 - Carlos Santos
Fonte: Machado (2007)

Ora, o célebre orador Carlos Santos, ocupando a tribuna em momento festivo, incumbia-se de fazer relembrar os passos longinquamente trilhados por aquela mulher negra. Tarefa bastante comum para um orador. No entanto, não deixa de chamar a atenção a forma como o orador alerta para a marcação da raça e seus reflexos de ordem social. Ao reportar os *báratros deletérios do racismo*, refere algo bastante comum ainda em meados do século XX, que fragilizava a cidadania e impedia a população de acessar espaços públicos ou que deveriam ser legados pelo poder público, como a educação.

Na sequência, com *suas irmãs de sangue*, chama a atenção para as preocupações de ordem coletiva, dando a entender a ideia de uma família que compartilha laços advindos de um mesmo problema de ordem social: o racismo. Muito embora acione *sangue*, fica evidente que é apenas uma figura de linguagem que em nada se vincula a uma questão de ordem biológica ou essencial. Elemento que se fortalece ao observarmos a referência ao *drama da Casa Grande e da Senzala*, que aciona a escravidão, mas não se restringe a compreensão de um legado meramente escravista, e sim a uma vivência marcada por uma liberdade cerceada, sobretudo pelo estigma da cor, que aparece na brilhante ênfase a *floração do rosicler da existência*, ou seja, a cor branca que de forma naturalizada confere uma existência plena, contemplando aquilo que atualmente identificamos como elementos da branquitude. As pesquisas de Lourenço Cardoso e Maria Aparecida Bento são ricas nesse sentido.

Fora tudo isso, e certamente mais um tanto que a nossa personagem, do alto de seu corpo negro vestido com um burel de São Benedito vivenciou em terras ao sul do Sul. Viveu preocupada com os seus e as suas, companheiros de agruras sociais, mas também de esperança de ver existir um sul mais inclusivo. Não obstante, manifestou sempre posturas que hoje denominaríamos como antirracistas e jamais se arrogou o direito

de discriminar pessoas necessitadas de seu auxílio. Se em alguma medida Luciana vivenciou na carne negra de seu corpo os condicionamentos de gênero, classe e raça, foi também transgredindo esses condicionantes e acionando aquilo que poderia lhe auxiliar na execução de sua obra, que ela fez da educação, muito além da caridade, um espaço para a existência plena. Existência essa que só teria razão de ser se o fosse de forma coletiva.

Abria ela o espaço para tantas outras meninas e jovens negras, que viam na educação uma importante porta de acesso a uma vida melhor e um espaço fundamental para dar sequência a esse projeto político de existência emancipatório, encabeçado por Luciana. Reverberado naqueles homens e mulheres negras, que a acompanharam junto aos dois orfanatos criados por ela. E que seguiam seus passos nos idos dos anos 1930, 1940 e 1950, e vendo nascer outra jovem também negra e naqueles pagos, repleta de sonhos e imersa em uma cidade marcada pela atuação de uma coletividade negra bastante expressiva.

Assim, é tempo de acompanharmos nossa outra personagem, Maria Helena Vargas da Silveira, que certamente seguiu no mesmo pavimento de Luciana Lealdina de Araújo, mas, evidentemente, enfrentando problemas outros, afinal, os tempos também já eram outros.

Neste momento, peço licença ao leitor e à leitora para fazer aquilo que é muito caro nas grandes rodas de chimarrão no extremo Sul do Brasil, circular por entre tempos diversos, sob o fio condutor da oralidade, em que as informações se interligam para além da linearidade de um tempo histórico tão arraigado no cronológico, e nos interpela a pensar para além da racionalidade moderna linear, mas, evidentemente, tão marcada por exclusões. Aproximem-se da roda, em seguida ficará evidente o fio que vincula essas histórias. Então, como se diz por esses pagos: “Te aproxega!”

MARIA HELENA VARGAS DA SILVEIRA: DE PROFESSORA À ESCRITORA DA RAÇA NEGRA

“Maria era uma mulher que não queria ser o sol, sua preocupação nunca foi essa”, informação que volta e meia era acionada na descrição de Maria Helena Vargas da Silveira, de acordo com seus fraternos amigos, como nas entrevistas realizadas com o senhor Adão Mozart Centeno que junto de sua família, incluindo a esposa Erly Soares Centeno convivera com Maria Helena, tão logo ela chegara à cidade de Porto Alegre, nos anos 1960. Naquela época, ele e a esposa tinham em torno de 40 anos e não imaginavam que aquela jovem mulher negra, estudante de Pedagogia, advinda de Pelotas, tão alegre, espontânea e extremamente séria, quando o assunto era coletividade negra, viria a se tornar uma professora, mãe, escritora e ativista das causas negras com papel importante na construção e aplicação da Lei nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade da

História e cultura afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino brasileiros.

No entanto, na atualidade do alto de seus 93 anos de idade, a memória do senhor Adão Centeno permanece viva e ávida por ser compartilhada. Tal e qual a referida mulher o fez com a história da família Centeno, nas páginas de um dos seus escritos, sabiamente intitulado *Negrada*.

A história oral, os estudos feitos sobre a obra de Maria Helena e, sobretudo seus escritos foram as fontes fundamentais para o estudo que aqui se apresenta.

Advirto desde já que as “escrevivências” receberam uma atenção especial, e guiaram as escolhas na abordagem da biografia de Maria Helena Vargas da Silveira. Privilegiei as obras *É Fogo!*, *Negrada* e *As Filhas das Lavadeiras* sempre em relação com os depoimentos e relatos. Sob hipótese alguma, tive a pretensão de abarcar toda a vida da autora, tampouco de usar a infância e influências para explicá-la. Lancei o olhar para a história feita por Maria, mas também na qual ela estava inserida, uma história coletiva vivida desde o sul, como a própria explicitou na introdução de *Negrada*. Também por isso apenas apontei para as questões de cunho pessoal, o enfoque aqui se concentrou na mulher negra professora e escritora.

Mas, antes de adentrarmos nos seus escritos, é tempo de entendermos quem é essa mulher, de onde ela vem e quais os afetos lhe alcançaram e seguiram consigo. Voltemos às ruas de Pelotas, a mesma que vira os sonhos de Luciana se concretizar, mas agora, alguns anos depois, mais propriamente no ano de 1940.

REDE DE SOCIABILIDADE E AFETIVIDADES NEGRAS NO SUL EM MEADOS DO SÉCULO XX

O jovem negro, motorista por profissão de nome José Francisco da Silveira, esposo de Maria Yolanda Vargas da Silveira, uma jovem mulher negra, que dedicava-se às lides domésticas e costurava sempre que possível viram a família crescer aos quatro dias do mês de junho daquele longínquo ano de 1940. Fora no auge do inverno, que nascera Maria Helena Vargas da Silveira e que já nos seus primeiros dias de vida ocupara uma casa bastante simples, localizada no entorno da estação férrea da cidade, na denominada *zona dos trilhos*. A vida da família não fora das mais fáceis, e, infelizmente, faziam parte de um contingente maior de pessoas na mesma situação social.

Enquanto muitos dos homens do entorno, também negros, dedicavam-se a trabalhos variados e inconstantes, sendo

jornaleiros (uma referência a trabalhos por jornadas), as mulheres dedicavam-se aos trabalhos vinculados ao cuidado no âmbito doméstico, o que nem sempre estava restrito ao trabalho dentro de casa de família, como poderia parecer em um primeiro momento, mas sobretudo aquela função desempenhada junto aos rios, córregos, arroios e riachos das cidades interioranas, e ali, na cidade de Pelotas não era diferente. Reuniam-se às margens do arroio Santa Bárbara para lavar roupas, bastante próximo da casa de Maria. Enquanto lavavam, cuidavam de suas crianças, e as ensinavam bem mais que um ofício passível de conferir sobrevivência financeira a elas, mas valores e a esperança de que aquele trabalho viabilizaria que elas estudassem e pudessem ter melhores condições de vida, acessando de fato uma cidadania que no auge dos anos 1940 ainda não se efetivara.

A família de Maria, assim como muitas daquelas pessoas, podia contar com o auxílio, ainda que também fosse restrito, de seus familiares. Dentre estes estavam os avós e uma tia, muito querida pela jovem menina. E, fora nessa família que Maria conviveu desde muito cedo tanto com as histórias contadas pelas mais velhas, como aquelas lavadeiras, quanto com o estímulo à leitura e à escrita, como descreve a escritora Conceição Evaristo em verbete destinado à nossa personagem no livro *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*.

O avô, Armando Vargas, foi redator do jornal *A Alvorada*, aquele mesmo jornal da imprensa negra pelotense que fora criado em 1907, tendo dentre o grupo de fundadores homens negros que participaram da criação e manutenção do Asilo São Benedito. Armando também estava lá, e não é demasiado supor que ele inclusive conhecesse e apoiara a obra idealizada por Luciana.

No entanto, nos faltam elementos mais objetivos para comprovar a hipótese. O que sabemos é que o redator tinha por profissão tipógrafo, trabalhando em um jornal local, *Diário Popular*. Participou da Frente Negra Pelotense (FNP) nos anos 1930 e era associado do Clube *Fica Abí P'rá Ir Dizendo*, possivelmente, um sócio benemérito ou protetor, visto que acompanhava reuniões de diretoria sem que as compusesse. Expressava-se muito bem e andava sempre bem apresentado, imagem que ficaria gravada na memória de sua neta, que, em 2008, em um de seus últimos depoimentos, publicado no livro *Mulheres do Rio Grande do Sul* – diversidade, o descrevera da seguinte maneira:

O meu avô era de uma cidade chamada Artigas, na fronteira. A fala dele, a oralidade dele era muito influenciada pelos castelhanos. A escrita não, a escrita era bem da língua portuguesa, mas a fala e os “as” abertos, bem castelhanos. Ele tinha muita influência dessa fronteira, hábitos, a forma de se vestir. Eu quando conheci meu

avô ele sempre usava um terno completo, gravata, um chapéu que tinha muito a ver com a fronteira. E também uma bengala, que na época a bengala significava respeito, ele usava isso desde mocinho.

A vinculação de Armando com a Frente Negra Pelotense e o Clube *Fica Abí P'rá Ir Dizendo* merecem um aprofundamento. Tais organizações, ao lado do jornal *A Alvorada*, do qual além de fundador fora diretor nas décadas de 1930 e 1940, desempenham papel primordial para a compreensão das redes negras na cidade de Pelotas. E, nos auxiliam a compreender o papel central conferido à educação formal, naquela cidade, como primordial para acessar a tão almejada cidadania.

O hebdomadário *A Alvorada* foi fundado por trabalhadores, em sua maioria negros. Além de Armando Vargas, dentre seus redatores e articulistas encontravam-se os irmãos Juvenal e Durval Penny, Rodolfo Xavier e Antonio Baobad, além de Carlos Torres, Dario Nunes, Humberto de Freitas, Ivo Porto e Miguel Barros. O objetivo principal era servir como veículo de informação, agindo em prol da defesa de seus irmãos de cor. Cabe a ressalva de que Antonio Baobad e Durval Penny fizeram parte da primeira diretoria do Asilo São Benedito, e, nesse sentido, observa-se um seguimento nas ideias já propaladas por meio daquela instituição. O programa do jornal pregava

a defesa da raça por meio da denúncia de atos discriminatórios, e dos interesses dos operários pelotenses.

É no âmbito desse jornal, que vem a público a *Campanha pró-educação*. Esta foi idealizada pelo jovem José Penny, então estudante de Engenharia em Porto Alegre. O objetivo da mesma era o “reerguimento moral e intelectual da raça negra por meio da instrução e da cultura”, como apresentado em edição do jornal *A Alvorada*, em 06 de março de 1933. *A Alvorada* realizou ampla divulgação da *Campanha pró-educação*, dentro da qual nasceria a FNP. A aparição da Campanha trazia o seguinte chamamento: “Educai Vossos Filhos”, o qual sintetiza de maneira bem direta o objetivo central: a educação. Esta por sua vez deveria ser defendida e instigada pelos pais para com seus filhos. Assim, o artigo em questão indicava alguns meios de alcançar esse fim, o qual não se restringia à educação formal, mas estava vinculado à educação em nível mais geral, alcançando diferentes aspectos da vida dessas pessoas. Para tal, José Penny, o autor do referido artigo, faz uma clara comparação entre a importância da educação e alimentação, indicando que talvez a primeira ocupe um lugar ainda superior à segunda. Aconselha ainda que os pais mantenham os filhos sempre sobre seus cuidados e olhares atentos, evitando assim a aproximação de más companhias e dos vícios, nesse sentido, o autor alerta

para os dois níveis considerados por ele fundamentais da educação: moral e intelectual.



Figura 12 - Campanha Pró-Educação da Frente Negra Pelotense
Fonte: A Alvorada (27 ago. 1933) / Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense

A FNP foi fundada, em 10 de maio de 1933, por José Adauto Ferreira da Silva, Carlos Torres, José Penny, Miguel Barros e Humberto de Freitas. Estes fundadores já possuíam tran-

sito entre as associações classistas e/ou de cunho racial, como apresentou em suas pesquisas a historiadora Beatriz Ana Loner. Essa organização divulgava suas ideias no jornal *A Alvorada*. A mesma se autodenominava como associação cultural e educacional. Encontramos indícios de seu funcionamento ainda em 1937, quando provavelmente deixou de funcionar em virtude das medidas adotadas pelo Estado Novo.



Figura 13 - Frentenegrinos

Fonte: *A Alvorada* (14 jan. 1934, p. 3) / Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense

Tais elementos denotam a efervescência daqueles anos na cidade de Pelotas, sobretudo na década de 1930. Mas a cidade não estava isolada no cenário nacional. Os anos 1930 representaram um marco para o associativismo negro no Brasil.

É neste período que se pode observar a fundação das associações com maior visibilidade social e política, mantendo-se ainda as associações voltadas ao lazer, mas que incluíam em suas atividades a preocupação com a situação social dos negros. As discussões estavam permeadas pela propalada democracia racial brasileira, ideia de que as relações raciais no Brasil seriam harmônicas, logo, desprovidas de racismo, e o ideário de branqueamento, conjunto de ideias que legitimou políticas públicas tendo em vista o branqueamento da população brasileira. Nesse sentido, destacamos que as associações negras desse período permitiram a visualização de uma rede de movimentação em prol de melhorias sociais, políticas e econômicas aos negros brasileiros, ou seja, em busca da cidadania.

Ao adentrarmos neste período da história do negro brasileiro, se faz necessário um intervalo com o intuito de contextualizarmos o momento histórico que o país estava vivenciando e, conseqüentemente, a participação da cidade de Pelotas nesse processo. A década de 1930 foi marcada por uma nova orientação política nacional. Esta tinha à sua frente o movimento revolucionário, o qual acabou com a então denominada *República Velha*, tendo como líder o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas. A *Revolução de 1930* pôs fim ao regime político implantado após a Proclamação da República. Este havia colocado em

prática os anseios das oligarquias de base predominantemente rural, com destaque para os interesses dos cafeicultores e pecuaristas. Ao colocar-se contra esses interesses, o movimento revolucionário pôde contar com grande apoio popular, e em Pelotas não foi diferente.

No entanto, o cunho popular do movimento revolucionário de 1930 não conferiu ao mesmo a inclusão de medidas que favorecessem os negros. A experiência advinda dos anos de associativismo negro, somada à manutenção do descaso do poder público fez com que os negros se colocassem no cenário político da vida republicana, propondo condições melhores de vida aos seus, como o fizeram em Pelotas por meio da Frente Negra Pelotense.

A Frente, embora tenha criticado as associações bailantes negras, desenvolvia atividade intensa nas sedes dos clubes sociais, sobretudo por meio de *A Hora da Raça*, na qual desenvolviam palestras e conversas nas sedes sociais negras, levando aos coirmãos discussões raciais, evocando os antepassados, e de interesse dos trabalhadores nacionais. Dentre essas sedes estava a do clube *Fica Abí Prá Ir Dizendo*, no qual Armando era associado. O clube fora fundado em 1921, configurava-se como um clube negro, ou seja, em que as pessoas negras podiam entrar, tendo em vista que naquele momento, que perduraria até meados da década

de 1980, pessoas negras eram barradas em clubes sociais. O clube, para bem além da promoção de atividades voltadas ao lazer, oferecia também aquelas voltadas à instrução, com promoção de palestras, e organizaria uma campanha para que na sua sede pudesse instalar um espaço escolar, o que de fato conseguiu, alguns anos depois, em 1954, com a instalação do Grupo Escolar Francisco Simões. E foi observando os assuntos internos desse clube nos idos de 1939, em virtude de pesquisa anterior, que temos acesso aquilo que seria o início da família de Maria Helena, visto que Armando Vargas comunicava o casamento de sua filha Yolanda.

Maria Helena, nascida no último ano da década de 1930, ou seja, um ano após o casamento de seus pais, lidou de muito perto com os desdobramentos da movimentação negra que marcara a década, e, nesse sentido vale observar a reflexão acerca do avô, cuja vivência compartilhada com a neta parece ter sido fundamental para a sua formação:

O meu avô ele escrevia, era tipógrafo, ele trabalhava de tipógrafo em um jornal da cidade. No Diário Popular e também num outro jornal que era o mais voltado pra negritude, o Alvorada. Esse jornal foi fundado em 1907 em Pelotas, aí ele colaborava em várias colunas e era secretário. Colaborava em várias colunas especialmente trabalhando assuntos de comunidade. O negócio dele era falar em nome da comunidade, e não interessava se era o

partido político *x* ou *y*, se tava bom ele elogiava se tava ruim ele metia a ripa. Mas ele queria ver a comunidade atendida. Ele não falava ainda em comunidade, ele falava em bairro, falava em povo, falava em negro. Esse jornal “Alvorada”, ele tinha valores. (...) Ali (no jornal) a gente encontrava também o discurso do Dr. Carlos Santos, era bem evidenciado um negro no poder, um político, um catedrático. Os negros se formavam, que tavam na área da educação, meu Deus, saía os nomes relacionados no jornal. (...) Ele [jornal *A Alvorada*] tinha uma gráfica. E quem patrocinava isso tudo era um senhor chamado Rubens Lima, que era um negro. (...) Ele saía pra rua e buscava, ele fazia anúncios, ele buscava patrocínio. E ele buscou tanto que conseguiu um terreno pra montar essa gráfica, e ai ele fez essa gráfica. (...) Não era só o meu avô. Meu avô chamava-se Armando Vargas, mas não era só ele que labutava ali, tinha outras pessoas (...).



Figura 14 - Armando Vargas

Fonte: A Alvorada (05 mai. 1947) / Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense

A descrição feita por Maria Helena quando ela estava com 68 anos faz parte de um grupo de depoimentos de mulheres negras gaúchas e que fora publicado no livro *Mulheres do Rio Grande do Sul – Diversidade*. A memória, no entanto, era bastante vivida e detalhada, nos permitindo melhor compreender aspectos que certamente influenciaram sua infância e juventude. Denotam ainda sobre as redes que afetaram a jovem, aqui, com ênfase não apenas ao seu avô, mas também aqueles que se irmanavam na bandeira por ele levantada em defesa da comunidade negra, como Rubens Lima, que fora um dos proprietários do jornal *A Alvorada* e sócio ativo do Clube *Fica Abí*, inclusive dando seu nome ao salão principal da sede, em honra aos serviços prestados. E Carlos Santos, aquele mesmo jovem negro que, nos idos dos anos 1950, fora o orador no cinquentenário do Asilo São Benedito e relembrou a memória de Luciana Lealdina de Araújo e outros homens negros que auxiliaram na criação do asilo, como o primeiro proprietário do *A Alvorada*, Durval Penny.

É importante destacar que, essa rede não era composta apenas por homens que ela ouvira falar, mas também, e, sobretudo por aquelas pessoas que conviviam com ela, o que nos faz voltarmos aos seus familiares. Sua mãe, Maria Yolanda Vargas da Silveira, era filha de Joaquina Vieira Vargas, lavadeira,

quituteira e passadeira. Joaquina era casada com Armando Vargas, e, por meio do qual, a família era associada do clube *Fica Abí*, embora não fossem das mais assíduas nas atividades de lazer, como os bailes, participando principalmente das questões sociais voltadas à comunidade.

Maria tinha uma tia por parte de pai, de quem gostava muito e que também tivera papel fundamental em sua trajetória, tratava-se de Aracy da Silveira Dutra. Era filha de João Arlindo da Silveira e Reduzina Ferreira da Silveira – passadeira e engomadeira, que com esse ofício criou a tia Aracy e José Francisco da Silveira, o pai de Maria Helena. Ainda nos anos 1930, e antes de finalizar os estudos no curso complementar, que compunha o ensino primário brasileiro e durava 4 anos, Aracy alfabetizava pessoas em casa, enquanto a mãe trabalhava em parceria com a lavadeira Maria. E, esporadicamente contribuía com escritos para a *sessão feminina* da Frente Negra Pelotense.

Ao completar os estudos, nos anos 1940, Aracy tornou-se professora, muito embora a mãe almejasse que ela aprendesse o ofício de costureira, temendo que a filha encontrasse dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, temor que vai ao encontro daquilo que Miguel Barros destacou no seu discurso no congresso no Recife em 1932. Ainda na década de 1940, casou-se com Francisco de Paula Dutra – que, esteve pre-

sente na diretoria do *Fica Ahí* entre as décadas de 1940 e 1960 – e se tornou mãe. O trabalho fora de casa somado à condição financeira do esposo Francisco, que era alfaiate e proprietário de seu negócio, e à já avançada idade de sua mãe, Reduzina, foi preponderante para que esta abandonasse o ofício de lavadeira e passasse a cuidar dos netos Luiz Augusto, Flávio Augusto, Claudio Augusto, Francisco e das netas Regina Laura e Marina Laura. Francisco, o tio de Maria Helena, no olhar da jovem sobrinha possuía um “andar de Lorde, olhava o mundo de cima, costurando nas nuvens os seus ideais.”



Figura 15 - Senhora Aracy Dutra e seu esposo Francisco de Paula Dutra
Fonte: Acervo pessoal de Marina Laura da Silveira Dutra
Nota: Sede do clube *Fica Ahí* (década de 1950)

Fora nessa família extensa, inserida em uma grande rede de referências e afetos que Maria viveu sua infância e adolescência. Enquanto o avô parecia ser o grande espelho de carinho e atuação coletiva, a avó era seu esteio de acolhimento e referência de um trabalho encantador aos olhos da pequena neta. Afinal, ela produzia *rapadura de amendoim, cocada e pastel folheado*, e, nessa tarefa implementava “um trabalho em equipe, [em que] os netos e os filhos ajudavam a descascar o amendoim”, como descreve em seu depoimento no livro *Mulheres do Rio Grande do Sul – Diversidade*. Entretanto, havia também o trabalho não tão encantador aos olhos da neta, mas, evidentemente, respeitado pela mesma, sobretudo pela meticulosidade com a qual a avó lidava com as roupas destinadas ao seus cuidados no trato de lavadeira e passadeira, em que observava a avó: “engomando essas roupas com amido e com polvilho. Fazia uma goma no fogo, depois passava na roupa e as roupas ficavam bem durinhas e muito bonitas”, descrito em *As filhas das lavadeiras*. Assim, a vida difícil – marcada pelos constantes períodos de desemprego do pai e algumas desavenças, em casa por conta do consumo do álcool, obrigavam Maria a procurar os avós altas horas da noite – era contornada por doces momentos em família, como a autora narra em *É Fogo!*, principal fonte nessa nossa caminhada com a jovem Maria.

Por sua vez, a tia Aracy viria a ser espelho de vida para Maria. Afinal, a menina adorava a escola, era uma aluna aplicada e ver a tia tornar-se professora, somada às sábias palavras de sua mãe de que a *educação é a esperança do pobre* fizeram com que a opção pelo professorado se colocasse como a mais óbvia escolha para a já adolescente Maria Helena Vargas da Silveira. Não obstante, um elemento a encantava no professorado: trabalhar fora de casa e distante de uma supervisão masculina. Sim, a adolescente demonstrava que não aceitaria viver submetida a outra pessoa, menos ainda a uma figura masculina.

E aqui, novamente seus avós tiveram papel preponderante, afinal, na memória da neta, escrevendo suas vivências em seu primeiro escrito autoral, publicado em 1987 sob o título *É Fogo!* muito mais que um *moreno velho*, de *pele bronzeada*, *dentes perfeitos*, um *velho monumento de inteligência e sobriedade* o avô era aquele que *deixou a avó ser ela mesma*. E isso, para Maria, era a melhor imagem que o espelho da vida poderia refletir. Era chegado o tempo de significar a sua própria liberdade, mas jamais sozinha, afinal *Maria não queria ser o sol*, ela queria mesmo era seguir pavimentando possibilidades de existências negras e não negras. A educação seguia como o grande espaço para fazer isso acontecer, algo bem evidenciado pelas redes negras em que ela se inseria, ora de forma objetiva, ora por ouvir falar.

DA ESCOLA PARA O PROFESSORADO E DO PROFESSORADO DE VOLTA PARA A ESCOLA

A Proclamação da República, em 1889, teve uma incidência direta sobre a organização da educação no Brasil. A partir de então, ela passou a ser compreendida como importante elemento capaz de modernizar o país, e, sendo assim, passava a ser de interesse público. Nesse sentido, desde a Constituição de 1891, há uma preocupação com a educação, na qual se instituem os grupos escolares, responsáveis por ofertar o ensino primário de responsabilidade de estados e municípios. A cidade de Pelotas, por meio do Decreto nº 78, regulamenta esses espaços escolares. Fora em um desses estabelecimentos, no ano de 1948, que a pequena Maria Helena começou a trilhar seu caminho por entre letras e saberes diversos daqueles aprendidos em família.

Desde 1890, o ensino primário estava dividido entre 1º grau (7 a 13 anos) e 2º grau (13 a 15 anos). Em 02 de janeiro de 1946, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário, por meio do Decreto-Lei nº 8.529, em que a escolarização primária foi dividida em fundamental e supletiva. Na fundamental, deveriam estar crianças com idades entre sete e 12 anos, a duração era de cinco anos, sendo quatro destes destinados ao curso elementar e um de preparação para o exame de admissão

ao ginásio. No curso elementar, alunas e alunos deveriam aprender leitura e linguagem oral e escrita, iniciação à Matemática, Geografia e História do Brasil, conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho, desenho e trabalhos manuais, canto orfeônico e Educação Física. E fora numa aula de canto orfeônico, entre fins da década de 1940 e início dos anos 1950, que a jovem Maria *botou a boca no mundo*, como descreve por meio de sua escrita de vivência em *É Fogo!*

A menina, com não mais de dez anos de idade, estranhava a cultura ensinada na escola, a entendia como algo diferente daquilo que ela vivia no seu cotidiano. Então, ao ser chamada pela *especializada em Música para cantar o que quisesse*, Maria não pensou duas vezes e entoou em alto e bom som um *sambão* de Jorge Veiga. O cantor, de origem carioca, nascido em 1910, nos idos dos anos 1950 já era conhecido nacionalmente como uma grande voz negra do samba, e, inclusive esteve em Pelotas alguns anos depois, mais precisamente em 1956, em festa promovida pelo Clube Cultural *Fica Abí*.



Figura 16 - Diretoria do *Fica Ahí* recebe o cantor Jorge Veiga
Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto / Arquivo Histórico do
Clube Cultural *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*

Nota: Jorge Veiga aparece sentado no sofá, ao centro, em 1956.

O episódio que fora narrado por Maria Helena e seu desdobramento, por um lado, nos permitem acessar as dificuldades e resistências que ainda eram enfrentadas pela cultura negra dentro do ambiente escolar. Afinal, se deu um estranhamento em torno da música acionada pela jovem aluna e ao que tudo indica samba nunca mais fora entoado naquelas aulas. Por outro lado, nos apresenta uma jovem menina que tinha gosto pelas artes, e não teria muito como ser diferente, visto que Maria vinha de uma família em que a vadia musical também estava presente e essa é a principal memória que ela nos lega de seu pai. A menina herdara também o talento do pai e fora escolhida, após entoar o samba, como segunda voz no orfeão.

Em 1952, Maria conclui o curso primário e prepara-se para adentrar no ginásio. A vaga fora conseguida por meio dos esforços de sua querida tia Aracy, a quem chamava carinhosamente por *tia Ci*. A tia era professora numa escola pública estadual muito conceituada na cidade, Ginásio Assis Brasil, e fazia parte de uma rede mais extensa, como vimos anteriormente e que volta a aparecer na escrita de vivência de Maria Helena, no livro *É Fogo!* de 1987, no qual ela destaca que Aracy da Silveira Dutra:

Representava os poucos educadores negros de Pelotas. Relacionava-se bem com a negritude caixa alta da cidade, representada na época por alguns militares pretos, advogados, professores, todos poucos, e alfaiates que possuíam loja montada com pilhas de casimira da boa, artesãos respeitados, procurados por quem tinha dinheiro e vestia-se bem.

Seriam três anos de estudos transcorridos sem grandes turbulências na trajetória da jovem que, começava a se perceber cada vez mais em meio às complexidades da vida, especialmente aquelas advindas da difícil situação econômica, vivenciada pela sua família, que, no entanto, fora também responsável por ela não se abater frente às adversidades. Ao “escrever” esses tempos, destacaria que “foi uma ginásiana feliz, sem traumas que nem sabia o que era isto. Pobre é aflito, não tem traumas. Uma aflição é curada com outra mais forte”. Aqui cabe uma ressalva,

Maria entendia a situação difícil que vivia, mas nem por isso se conformou e é também por isso que a tia Aracy terá papel tão importante. O título conferido pela escritora a essa parte de sua vida é peculiar e ilustrativo *Cinderela do Ginásio*, esse conto de fadas, tão fora daquilo que era acessível a pessoas de poucas posses, fora viabilizado pela tia, que nunca a desamparou e à qual Maria sempre seria grata. A retribuição viria por meio da valorização da profissão que a tia escolhera para si e da forma como se dedicava ao trabalho: Aracy era uma professora comprometida com seus alunos e alunas, ciente de que nem todos tinham os mesmos acessos, mas que a educação poderia e deveria ser igual para todos.

Com 16 anos, no início do ano de 1957, Maria Helena dava sequência aos estudos, na mesma escola, porém, adentrava em curso que lhe conferiria uma profissão, tratava-se do *Normal, uma preparação de professores*. A *Opção pelo óbvio*, como a escritora refere 30 anos depois, estava na compreensão de que o “curso que lhe daria num futuro bem próximo a condição de exercer uma profissão, tornando-se útil à família, à sociedade, de forma honesta”. E Maria não estava sozinha nessa compreensão e mesmo na valorização da profissão.

Processo semelhante deu-se entre as mulheres negras que participavam dos clubes negros da região. Na década de 1950 e na primeira metade dos anos 1960, foi contínua a divulgação

de formaturas das jovens senhorinhas associadas do clube *Fica Abí* nos cursos de formação de professoras da Escola Normal Assis Brasil e do Colégio São José (escola privada), e os convites de formaturas nas atas do *24 de Agosto* (Jaguarão) e rainhas d'*Os Zingaros e Palmeira* (ambos de Bagé) apresentadas como estudantes ou formadas no curso normal. Valorização semelhante é observada pelo historiador Rodrigo Weimer, em pesquisa dedicada às *professoras e alunos negros no litoral norte do Rio Grande do Sul*, em meados do século XX.

A experiência geracional de profissões de mulheres negras relacionadas ao cuidado, já fora observada para a realidade norte-americana. As pensadoras norte-americanas Patrícia Hill Collins e Angela Davis, ao analisarem a realidade de mulheres negras estadunidenses, destacaram que estas, ao longo da história, encontram-se, mormente, no trabalho voltado para o cuidado. Este também possui hierarquias, estando na base o doméstico, e no topo, o vinculado ao ato de ensinar. Não obstante, a diferença não se pauta apenas em questões econômicas, podendo a pessoa que desempenha o trabalho doméstico ser melhor remunerada que a professora, operando uma questão simbólica, a qual reflete na noção de progresso social a todas aquelas que se afastam das lides domésticas, interpretadas como um ofício que reatualiza a escravidão. A historiadora Giovana

Côrtez, ao analisar a mesma realidade de Collins e Davis, nas primeiras décadas do século XX, enfatiza ainda que as mulheres negras ao desempenhar a função de educadoras atuavam numa reconstrução da feminilidade negra que reivindicava para si este-reótipos próprios do feminino, como a vocação feminina para o ensino, mas que frequentemente excluía as mulheres negras dessa construção.

Nos clubes negros *Fica Abí, Os Zíngaros, Palmeira e 24 de Agosto*, como destaquei em pesquisa anterior, a instrução proporcionava uma profissão às mulheres negras aliada a uma noção de feminilidade respeitável. Estava também relacionada com as transformações sociais, sobretudo o aumento das cidades. O ofício de lavadeira é entendido aqui como aquele que ocupa a base hierárquica dentro do cuidado, seguido pelos serviços auxiliares, como engomadeira e passadeira, após estavam as lides estritamente domésticas, ou seja, no âmbito das casas, como limpeza, cozinheira e empregadas responsáveis pela organização dos outros serviços, só após o trabalho de limpeza em espaços privados por meio de cargos públicos, especialmente em escolas, estando o professorado legado pela formação normal no topo da hierarquia. Lembrando que para ser professora, como a trajetória de Aracy da Silveira Dutra ilustra, bastava completar os estudos complementares. Por esse ângulo, a formação ginasial,

alcançada com o curso normal, era um fator de diferenciação simbólico entre as educadoras negras. E, já relacionado à idade avançada, estava o cuidado de crianças da família, como netas e netos, os quais então tinham contato com as experiências das avós lavadeiras, muito embora este cuidado não fosse passível de retorno financeiro.

Assim como sua tia Aracy, Maria Helena estava inserida nesse longo rol de profissões de mulheres negras vinculadas ao cuidado. Não obstante, era também por meio dessa profissão que ela seguiria agregando significados não apenas ao cuidado, mas à própria liberdade de mulheres negras, como veremos na seqüência. Maria adentrou no Normal exatamente no ano da reforma que instituiu a exigência de estágio de um semestre após os três anos de curso. O estágio era visto com bons olhos, o problema estava na não remuneração.

Porém, antes de dar início ao estágio, Maria teve uma grata surpresa. Ao término de uma saudação feita às formandas de 1959, ou seja, quando ela estava finalizando o último ano de aulas, recebeu a oferta para lecionar em uma escola privada local. Maria trabalharia em um turno e faria o estágio em outro. Isso era um alívio do ponto de vista financeiro. Os três anos de curso haviam lhe exigido muita criatividade e, não raras vezes, auxílio financeiro, e também didático de sua tia. Afinal, a aluna

precisava providenciar materiais para a execução dos trabalhos e as condições financeiras de seus pais não lhe permitiam contar com melhores auxílios destes.

Fora nessa experiência de trabalho, que Maria depa-rou-se com as dificuldades da sala de aula e começou a atentar para a profunda disparidade que existia entre os alunos. Em sua escrita destaca que na turma eram:

50 alunos na mesma sala, idade de 12 anos a 28 anos, admissão ao ginásio. Enquanto uns tinham noção de Brasil como o time mais popular da cidade, outros conheciam um Brasil terra, eram os viajados, os leitores, os cidadãos. Enquanto uns tinham barba e bigode, outros nem haviam iniciado a fase do fala grosso e fala fino.

A adolescente, com pouco mais de 20 anos, precisou inovar com algo que ela sequer havia aprendido, didática. Nesse ponto, as trocas com a tia professora foram fundamentais. Maria Helena saiu-se muito bem, tanto no trabalho quanto no estágio. Aliás, saiu-se tão bem que fora laureada, sendo a aula com a média mais alta em uma turma com 64 outras colegas. O prêmio, comemorado em família, deixou a jovem feliz, não apenas pelo reconhecimento, mas porque com ele vinha a garantia de que seria agraciada com um contrato na escola em que fizera seu estágio.

Eram os gloriosos tempos do governador Leonel Brizola, ponto alto do trabalhismo no Sul do Brasil. De Getúlio Vargas, personagem fundamental do trabalhismo, Maria lembrava-se apenas que, em 1954, assustou-se ao se deparar com a professora chorando em sala de aula, cujo motivo era a morte do presidente, um gaúcho de nascimento, mas de Brizola ela lembrava-se bem mais. O governador assumira o mandato em 1959 e teve como grande diferencial o investimento na rede pública de ensino, com o desenvolvimento do projeto “nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”, responsável por uma expansão da rede e, conseqüentemente, pelo investimento em escolas do interior.

No entanto, os tempos de esperança estavam por um fio, e a conjuntura política somada às discriminações de classe e raça se impuseram de forma explícita na vida da jovem Maria Helena. Em termos políticos institucionais, em 1962, tinha início a campanha da Legalidade. Maria não tardaria a se somar nas fileiras em defesa da constituição e de Leonel Brizola. Mas, antes disso, ainda em 1961, o medo, a instabilidade e a consciência das injustiças da vida se fizeram ainda mais presentes, quando Maria percebeu que apenas ela, a laureada com a nota mais alta entre as dez laureadas ao término do Curso Normal, não havia sido agraciada com o prêmio que lhe era de direito.

De imediato lhe pareceu que o correto era procurar a direção da escola e exigir seu prêmio. Porém, Maria Helena fazendo uma leitura do cenário e de todas as implicações envolvidas, percebeu que estava frente a uma discriminação que aliava classe e raça. Afinal, ela tinha consciência que era a aluna com menos condições financeiras e era a única negra, mas sabia também que se posicionar abertamente sobre isso poderia trazer problemas para a tia, que além de lhe ter conseguido a vaga era professora junto à escola. Lembrou-se bem dos ensinamentos de seu avô, a jovem já tinha consciência de classe e de raça. Decidiu que calaria, por ora. Na sequência, foram chamadas a se candidatarem para contratos no interior do estado as demais formandas daquele ano. Maria não pensou duas vezes e candidatou-se. Ao apresentar-se, viu o nítido desconforto das responsáveis pelo chamado. Ouviu algumas *desculpas hipócritas* e, ao fim, acessou a vaga que era sua por direito, ou seja, a vaga na escola em que realizou o estágio.

A essa altura, a cidade de Pelotas começava a se colocar para a jovem como muito provinciana. Maria percebia aqueles velhos hábitos de uma cidade, cuja aristocracia havia sido forjada em cima da mão de obra escravizada e que ainda, em meados do século, estava permeada por manifestações preconceituosas e racistas que limitavam o ir e vir de pessoas como ela. Não era apenas seu avô que lhe narrara as memórias “dos teatros de Pelo-

tas onde negro não entrava. Vovô não escondeu-lhe nada, numa forma talvez de justificar sua ausência das fileiras do Guarany”, como pondera em *É Fogo!*. O Teatro, inaugurado em 1921, teve sua história marcada pela racialização dos espaços sociais, visto que embora fosse acessível a pessoas com menor capital financeiro, impedia a entrada de negros, mesmo que tivesse sido construído por estes. Fora isso que despertou a revolta e indignação de um grupo de pessoas negras da cidade, incluindo o avô de Maria, Armando Vargas, sob a liderança de um dos construtores do Sete de Abril, José da Silva Santos. Aquele mesmo que exerceu a primeira presidência do Asylo São Benedito, conforme observamos anteriormente.

Essa rede tamanha, em que Maria se inseria, fazia com que ela entendesse porque eram tão importantes aquelas cerimônias de entrega de diplomas às pessoas negras que alcançavam diplomas “de técnicos, de professores, contabilistas, bacharéis, doutores”, no mesmo palco do dito Teatro que, só abriu suas portas aos negros após aquela grande movimentação, como ela relata em sua escrita algumas décadas depois, em *É Fogo!* Mas ainda assim, a inquietude se fazia cada dia mais notável em Maria, afinal ela havia aprendido muito bem que “gente tem o lugar que conquista e não o que lhe impõem. Negro é gente”, como registrou no mesmo escrito referido.

Ela, uma jovem mulher negra, havia sido criada de forma a ter consciência de si e do mundo a sua volta, porém, não raras vezes, foi também no seio familiar que Maria se deparou com impedimentos, os quais a alcançavam, sobretudo, por ser mulher e renegar aquilo que era esperado das jovens, o casamento como condição para a maternidade. Assim, lembrou Maria Helena em entrevista publicada no livro “*Mulheres do Rio Grande do Sul – Diversidade*”, em 2008:

Quando eu vi aquela submissão muito grande da mulher eu resolvi que não ia ser submissa, e uma coisa que eu já avisei em casa foi ‘olha eu quero ter filhos, eu gosto de crianças, mas eu não vou querer me casar não, eu vou querer um filho e tal’. Minha avó dizia ‘oh, nós temos uma louca na família’. E aí eu comecei a ter um estilo de vida bem diferente. Tudo o que não era pra eu fazer eu fazia. Eu fumava, muito cedo eu passei a fumar, eu comprei um violão e comecei a tocar violão. Quando eu chegava em casa eu tinha que tirar o sapato pra papai não ver e botava o violão dentro do guarda-roupa com minhas roupas caindo por cima. Mas um dia o violão fez ‘toim’ e papai viu que tinha violão em casa, porque papai não aceitava essas coisas. ‘Imagina mulher tocar violão, mulher fumar cigarro’. (...) eu fumava, tocava violão, andava na rua qualquer hora, tinha muitos amigos homens.

Toda essa atmosfera foi fundamental para que Maria começasse a alargar seus espaços de atuação, para além dos limites da cidade. E, em 1961, ela não pensou duas vezes para aceitar assumir um contrato de trabalho como professora na cidade de São Lourenço do Sul, distante pouco mais de 70 km de Pelotas. A jovem chegava em uma cidade fundada como colônia de imigrantes alemães, no ano de 1857, dentro dos limites de Pelotas, de acordo com a historiadora Patrícia Bosenbecker . A cultura e a presença de descendentes de alemães eram ainda muito marcantes. E tão logo, quando se instalou, foi alertada que a cidade *não gostava de negros*. Como lembrou alguns anos depois, ela “tinha vivência destes preconceitos”, e por isso mesmo não se permitiria “iniciar uma carreira em cima desta única verdade, esquecendo as outras”.

É por meio desse trabalho, numa cidade que aparentemente podia ser identificada como ainda mais hostil que Pelotas, que Maria Helena Vargas da Silveira vai unir a consciência racial e social com a aposta na educação como um espaço capaz de respeitar e fazer da diversidade e pluralidade uma potência. Em outras palavras, a ideia, que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie denominou por *perigos de uma história única*, em seu célebre discurso na Conferência Anual – Ted Global em 2009, estava presente no fazer da educação de Maria Helena.

Refletindo sobre os tempos de professora na pequena cidade de colonização alemã, a escritora destaca que:

Não era vez de se prevenir contra os brancos; assumiu-se como gente igual a eles, profissional que desenvolveria seu trabalho com amor e o máximo de empenho. Afinal, não eram os culpados diretos pelo escândalo escravagista, pelo tráfico de escravos, pelo banzo. Eles eram sim a configuração de um contexto anterior, os reflexos das raízes históricas.

Colocar-se como *gente* que educa outras *gentes* com afeto seria a marca de Maria, inserindo-se, assim, num legado que, posteriormente, foi sintetizado pela educadora e escritora negra estadunidense bell hooks. Seria o conceito de ensinar a transgredir por meio dos afetos, e que no Brasil foi seguido de perto pela também educadora Azoilda Loretto da Trindade e por tantas outras mulheres negras que, transformaram suas experiências pessoais em esteio para a construção de uma *pedagogia dos afetos* e, acima de tudo, antirracista. E, ressalva seja feita, tanto naqueles idos de 1961, quanto antes ou depois, ou seja, por toda sua vida, como enfatiza a autora Maria Helena em seu primeiro livro:

estava bem convicta de que era uma preta, isto já evitaria maiores problemas existenciais. Estar convicta de que era preta significava aceitar-se a si próprio e, quando as

peçoas se aceitam, há mais chances de aceitar o outro, coisa tão necessária no Magistério.

Toda essa construção e reflexão serviram de base para que Maria desenvolvesse um ótimo trabalho junto a sua primeira turma em São Lourenço. Turma essa, cuja quase totalidade era de alunos e alunas de origem alemã, não fosse um aluno negro cuja história pessoal desafiou Maria a ser uma professora que, se preocupava para bem além daquilo que os alunos e alunas eram em sala de aula. Importava conhecer as famílias e compreender as realidades e aprendizados que aqueles alunos e alunas já traziam consigo. O que muito a motivou e foi responsável por um novo desafio: ministrar aulas para adultos, no turno da noite.

E, se na sala de aula Maria lidava de perto com a diversidade, nos seus momentos de lazer, o convívio social seguia os passos daquilo que havia aprendido em família, buscou a negritude local, e não tardou a identificar e se inserir, especialmente, num clube negro, aos moldes daqueles de Pelotas, como destacou em suas escritas de vivências de *É Fogo!*:

Passado um ano, São Lourenço do Sul, deixou de ser para Maria, apenas a escola, a praça e a pensão: Havia se aliado a muitos rastros, identificando-se com a negritude do '13 de maio', um clube só de negros, viajando para Boqueirão, Camaquã [cidade vizinha], numa doce

vida, dizendo sim em todos os bailes para todos os pretos, senão o pau rolava.

Espaços como o do clube eram onde Maria se via entre os seus e de acordo com seus ideais, afinal, na sequência ela destacava:

Estava onde as portas estavam abertas para os negros. Jamais procurou investidas nos lugares privados de brancos, pois não era lá que necessitava se desenvolver, seu contexto tinha que ser aberto e abrangente como a rua, a praça, esta gente que anda, a escola pública. Neste contato desejava viver intensamente, o resto era bomba.

Assim, Maria foi significando a liberdade alcançada por meio do trabalho, inserindo-se em uma outra sociedade, por vezes nem tão outra assim. Vivia coisas novas, e, a depender das imposições, obedecia algumas normas sociais, como aquela de dançar nos bailes do clube.

Infelizmente, a estadia em São Lourenço aproximava-se do fim junto com o ano letivo. Naquele momento, os contratos eram válidos apenas para o período das aulas, não cobrindo as férias. Então Maria regressa a Pelotas e, em 1962, resolve por dar sequência aos estudos, era tempo de adentrar no ensino superior, no curso de Pedagogia da então denominada Universidade Católica Sul-Rio-Grandense de Pelotas, atual Universidade Católica de Pelotas. Nesse espaço, ela se aproxima

do movimento estudantil e teve alguns contatos diretos com a repressão por conta dos protestos em favor da Legalidade. Mas, a pouca presença de pessoas negras, tanto no movimento estudantil, como na faculdade a incomodavam muito e se afiguravam como uma “continuação da escravidão”. Bem como lhe parecia absurda as divergências internas à comunidade negra pelotense, materializada nos clubes e um rechaço ao carnaval, visto como uma manifestação pejorativa.

Eram tempos difíceis, e os conflitos geracionais se exacerbavam sob o pano de fundo da turbulência política vivenciada nacionalmente. Brizolista que era, para Maria tudo parecia muito fora do lugar naquela segunda metade da década de 1960. E, ainda como professora atuando por contratos, no 4º ano do curso, exatamente em 1966, resolve mudar-se para a capital do estado, Porto Alegre. Conseguiu uma vaga para dar sequência a sua formação em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que lhe era muito estimado, visto que não teria que despendar mais seu salário com as mensalidades, e finalmente retornaria a uma instituição laica. Maria sabia que conseguiria um novo contrato e podia contar com o auxílio de alguns parentes que residiam na capital.

Na capital, Maria se forma em Pedagogia e exerce a profissão ao longo de duas décadas, em um mesmo local, um

morro na vila São José, popularmente conhecido como Morro da Cruz. Lá se deparou com outras gentes, credos e moradias. Viu as malocas aumentarem enormemente, um reflexo do êxodo rural que marcou o Rio Grande do Sul durante os regimes ditatoriais. Identificou-se com a Umbanda e a matriz africana de uma forma geral, afinal os terreiros eram significado de vida e cuidado, em um lugar quase que abandonado pelo poder público. E, aos moldes do que vivera em família, fora nessa longa estadia como professora e, posteriormente, supervisora escolar no Morro da Cruz, que Maria contribuiu para a renovação da Pedagogia dentro das escolas, disputou discursos e acreditou na potência que emergia daqueles corpos de crianças negras e não negras, mas todas com pouco acesso a tudo que a cidadania deveria assegurar. Afinal, muito lhe incomodava o fato de que nas referências ao lugar: “raramente falam dos trabalhadores, estudantes, crianças inocentes, idosos pacientes e serenos, imigrantes desprivilegiados, gente; eleitorado esperançoso de políticos mentirosos, mais das vezes, que vão até a Cruz fazer promessas que não pagam.”

Maria foi uma lutadora incansável em prol da educação de qualidade, uma adepta da pedagogia de Paulo Freire, que nunca abandonou a perspectiva de que a vida exige radicalidade de forma crítica e em prol de uma coletividade. Finalmente, *Maria não queria ser o sol*, mas queria ver ele brilhar para todos,

para isso usou todo o seu arcabouço pessoal, a observação do seu entorno e aquilo que aprendeu com seus alunos, alunas e colegas de profissão. Deu vida ao que bell hooks, em *Olhares negros*, identifica como: “Sujeitas negras radicais tiveram que se educar para a consciência crítica, lendo, estudando e se envolvendo com a pedagogia crítica, ultrapassando as fronteiras para obter o conhecimento de que precisamos”.

Maria não esteve e nunca estaria sozinha no Morro da Cruz, constituiu família por meio de outras professoras e professores que, também, compartilhavam o projeto político de educação como via de emancipação social, como as queridas amigas Neuza e Frankilina; enamorou-se, teve dois filhos, Eder e Shaiane; pôde contar com vizinhos e vizinhas que sempre lhe acudiram. E, quando a trajetória de *magistério no morro* chegou ao fim, em 1986, resolveu que era hora de compartilhar suas vivências, sim, suas, no plural, e das gentes que conviveu pelos diferentes rincões que passou. O ano seguinte, 1987, seria aquele em que ela lançaria seu primeiro livro, repleto dessas escritas de vivências.

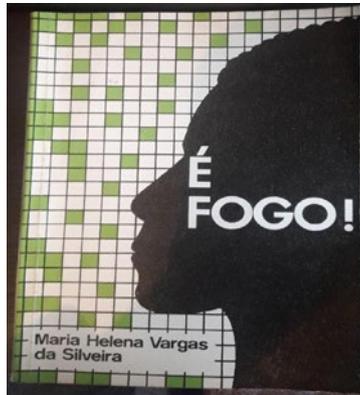


Figura 17 – Capa de *É Fogo!* (1987)
Fonte: Acervo pessoal de Priscila Pasko

HELENA DO SUL E O ESCRIVIVER DE PROJETOS COLETIVOS DA NEGRADA

“É fogo! Tradução dos fatos simples, direcionados para o complexo que é a análise profunda da simplicidade, geradora de grandes impulsos, elevados saltos que jogam o ser para fora de si mesmo”. Assim, a autora Maria Helena Vargas da Silveira apresenta seu livro, lançado na cidade de Porto Alegre, em 18 de agosto de 1987, e em Pelotas, em 26 de novembro do mesmo ano, na Feira do Livro, e alguns dias depois, mais precisamente em 12 de dezembro, nas dependências do clube negro *Fica Abí Prá Ir Dizendo*. Apresentação em que destaca ainda que: “Nos incêndios das lutas, quem descobrir as fagulhas que restarem, poderá

criar um fogo maior para continuar os movimentos de amor ou desamor, dependendo daquilo em que acreditar”.

A autora nitidamente fez de *É fogo!* Uma continuação dos movimentos de amor que a forjaram e nos quais que ela também se inseriu. Movimentos esses que nunca a permitiram esquecer que era *gente* e que lidava com *gente*, pois destacou que: “A gente é o que é, mesmo que os outros não queiram. Isto me deixa extremamente feliz, porque viver é ser de alguma forma, e eu sou.” Esse vivido, vivência é o substrato em que a autora assenta sua escrita. Dando forma àquilo que a escritora Conceição Evaristo, que inclusive fora sua biógrafa, identifica como *escrevivência*. *É fogo!* denota isso, uma escrita de vivência, que queima, transforma e aponta para possibilidades outras sem que para isso abra mão do amor, é uma escrita sobre afetos, no sentido amplo da palavra.

Em *É Fogo!* a escritora narra uma história cuja personagem principal é Maria, uma menina que nasce em Pelotas, no seio de uma família negra, estuda e se torna professora, lecionando na cidade natal, e em algumas cidades interioranas, como São Lourenço, e passa a maior parte da sua carreira docente na cidade de Porto Alegre. A escrita está para além do autobiográfico, pois as histórias vividas pela personagem Maria não foram vividas em totalidade por Maria Helena Vargas da Silveira, mas o foram por outras gentes negras que, assim como a autora, fize-

ram do fogo substrato de vivência. Na apresentação da obra, o bacharel em Direito e amigo pessoal da escritora, Wanderlei Fernandes dos Santos, destacava:

Maria, personagem central da obra, é para ser pensada. Seus passos precisam de nossa reflexão e de nossa ação. Seus percalços são os mesmos nossos: o preconceito racial, o machismo, o sub-emprego, o desemprego, a miséria e, principalmente, o ensino e a educação que nos impingem, num sistema que nem ensina e nem educa.

E, complementava: “Tudo isso está aqui, neste livro. Pode parecer muito, mas, infelizmente, é a vida. É Fogo, mas é a vida.”

O livro de 146 páginas, antecedido pela apresentação e dedicatórias, tem 18 capítulos e é finalizado por uma *reflexão de educadores*, assinada pelas professoras Gladis Borges da Silveira e Noemi Bueno. Em seu último parágrafo, apresenta a seguinte síntese:

‘É Fogo!’, um convite muito intenso para que outras Marias-gente possam, num discurso real, trocar experiências de calor humano, de crianças, adolescentes, adultos e velhos, nos encontros que são vida e marcam episódios de onde afloram as histórias das pessoas.

A trajetória da escritora estava apenas começando, mas o ritmo de escrita já era intenso, tanto que dois anos depois,

em 1989, lançava *Meu Nome Pessoa: Três Momentos de Poesia*. Até 1995, com intervalos de dois anos, lançou os livros *O Sol de Fevereiro*, *Odara: Fantasia e Realidade* e *Negrada*.

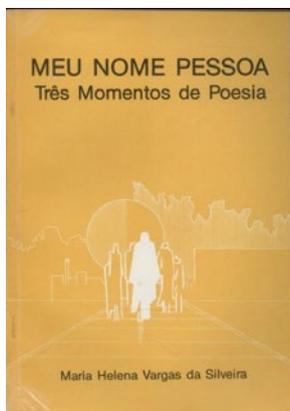


Figura 18 - Capa de *Meu nome pessoa: três momentos de poesia* (1989)
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

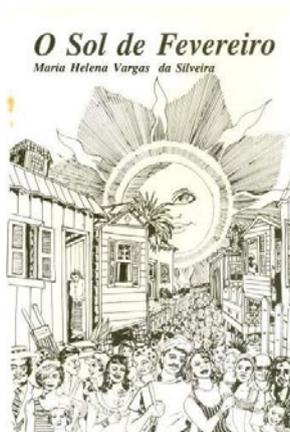


Figura 19 - Capa de *O sol de fevereiro* (1991)
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

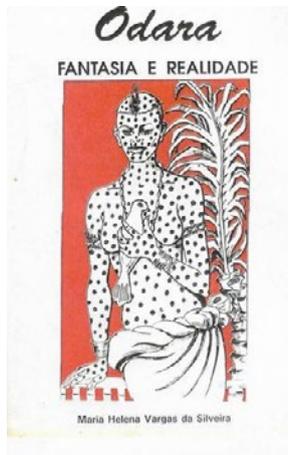


Figura 20 - Capa de *Odara: fantasia e realidade* (1993)
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Em *Odara*, a escritora fez uma verdadeira imersão no universo das matrizes africanas no Sul do Brasil, por meio do batuque, a principal manifestação de matriz africana no estado. E sem esquecer a Umbanda, apresentando ao fim, um glossário com palavras de raízes africanas, por vezes até mesmo presentes no linguajar, mas raramente escritas. Aproveitou ainda para debruçar-se sobre, uma de suas grandes paixões, o carnaval e as críticas ao mercado que acabava mais por deturpar que por manter a festa em sua versão popular e fortemente negra. Neste momento, seguindo os passos de seu avô, Maria Helena Vargas da Silveira contribuía com matérias para um jornal da cidade de Pelotas, *Diário da Manhã*, a temática do carnaval também apareceria por lá.

Tanto *O Sol de Fevereiro* quanto *Odara* contaram com a parceria de seu amigo pessoal e figurinista Djalma dos Santos, também conhecido como Djalma do Alegrete [1931-1994]. É possível que ambos tenham se conhecido, quando Maria dava aulas em São Lourenço do Sul, no início dos anos 1960 e quando o artista também dava aulas na região. Este, por ser negro e homossexual, teve uma trajetória bastante marcada pela exclusão, o que lhe fez se afastar do Rio Grande do Sul durante a referida década, como destaca em depoimento concedido ao *Cultne*. Embora tenhamos poucos elementos acerca da amizade entre ambos, é notória a referência que Maria Helena faz ao amigo em seus livros, para os quais ele contribuiu também com outras ilustrações. Parceria que se manteve até o fim da vida.

Negrada, lançado em 1995, viria a se consolidar como mais uma grande escrita de vivência. Porém, completamente voltada para a experiência coletiva negra no Sul do Brasil, em que todos os 21 textos: “tiveram o negro como temática, aproveitando os passos que seguia, perseguindo a minha raça”, como destaca na introdução. Já nos agradecimentos que dão abertura ao livro, a autora presta homenagem a Aracy da Silveira Dutra, Judith Carvalho Vargas, Maria Luiza Carvalho e Nair Carvalho de Freitas, que, em suas palavras, eram: “quatro meninas que, há mais de 80 anos, vivem a negritude, com dignidade”. Na sequên-

cia, revela “andei e andei no meio dos negros, além de mim. Eles me ajudaram a caminhar, até mesmo os ausentes, com a força da recordação.”

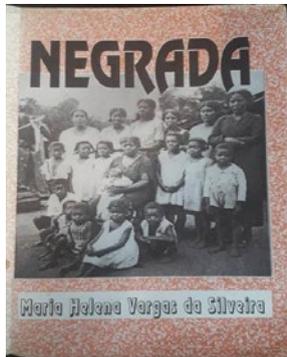


Figura 21 - Capa de *Negrada* (1995)
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Na introdução de *Negrada*, a escritora revela o conteúdo de sua escrita e a passagem, embora longa, é fundamental para compreendermos como Maria Helena Vargas da Silveira fez de sua escrita um importante espaço para escrever outra história do Sul do Brasil:

Negrada é uma negrada mesmo. Inspira-se nos negros a partir de mim e além de mim, em seus ambientes, trabalho, raízes, tradições, hábitos, militâncias, histórias de vida, religião, cultura, educação, política. Registra um caminho andado. E foi preciso andar determinada como quem deseja chegar. Foi preciso ver com olhos de quem quer ver. Foi necessário viver as situações, identificar-me

com elas, senti-las, aplaudi-las ou questioná-las. Principalmente, foi preciso ouvir.

A negrada foi nos dada a ver, desde a capa até as imagens que ilustram as quase 200 páginas. E foi nos dada a ouvir como Maria Helena enfatizou na introdução. Das tantas vozes, uma em especial merece destaque, trata-se da voz de Adão Centeno. Não porque seja mais importante que as demais, mas porque alcança nossos dias, está presente na foto de capa, quando fazia parte da mais nova geração de sua família. E, especialmente, na crônica intitulada “*negócios de família*”, em que somos apresentadas e apresentados à tradicional comida sulina, o mocotó, feito com:

mondongo grosso lavado a capricho na salmoura com limão, as patas de boi bem depiladas, sem casquinho, raspadinhas de faca pra não deixar murrinha, a tripa grossa revirada e curtida no limão, lingüiça das boas, feijão branco ser caruncho, deixado de molho e um tempero especial à moda da casa, esquecer da pimenta preta, da pimenta do reino e até do vermelhão pra colorir.

A voz de Adão Centeno enfatiza os tantos significados de liberdade negra que Maria Helena tão bem dispôs nas páginas de seus escritos. Uma liberdade que no caso da família Centeno remonta à época da escravidão, definida pelas agências de seu bisavô Florêncio Centeno, nascido já de ventre-li-

vre, casado com Paulina Feijó Centeno. Da geração que antecedeu o bisavô, sabe-se apenas os nomes das tataravós Joana Feijó, mãe de Paulina e Violante, cujo sobrenome se perdeu. O pai de Adão Centeno, senhor Alzemiro Centeno, nasceu dez anos depois da Abolição, em 1898, e casou-se com Simeana Marques Centeno, da união nasceu Adão em 1925, o qual casou-se com Erly Centeno, nascida em 1928, os quais tiveram três filhos: Paulo Roberto Soares Centeno, Zaida Regina Soares Centeno e Luiz Fernando Soares Centeno. Família que cresceu e que ainda hoje carrega consigo algumas tradições características de famílias negras sulinas, como o investimento na educação, entendido como espaço de acesso à cidadania e de emancipação.

Tradição que pode ser acompanhada ao longo de um século, a qual pode ter sido legada a Luciana Lealdina, e que, certamente, foi assim compreendida por ela a motivando em prol das órfãs negras; tradição que se manteve entre aqueles homens e mulheres negras que se aliaram a ela, inclusive aqueles, em cuja rede estava o avô de Maria Helena Vargas da Silveira. Moveu sua tia Aracy da Silveira Dutra, a alcançou e por meio dela foi também compartilhada com alunos e alunas negras e não negras.

Assim como a educação, outra característica está na valorização dos laços familiares, como transparece na imagem a seguir, em que estão os membros da família Centeno¹.



Figura 22 - Família Centeno em Porto Alegre (2019)
 Fonte: Acervo pessoal de Adriana Centeno



Figura 23 – Sr. Adão Centeno em Porto Alegre (2019)
 Fonte: Acervo pessoal de Adriana Centeno

1 Na imagem além dos já nomeados estão os filhos de Paulo: Ana Paula Correa Centeno, Paulo Ricardo Carvalho Centeno, Patrícia Correa Centeno, Filipe Carvalho Centeno, Luiz Augusto Machado Centeno e Bárbara Machado Centeno; as filhas de Zaida: Cristina Centeno Rosa Paim, Andréia Centeno Rosa Marcolino e Adriana Centeno Rosa Canuto Fernandes, os filhos de Luiz Fernando: Marcelo Moreira Centeno e Fernanda Moreira Centeno do Rosário. E, a descendência não parou por aí, na imagem também estão a quarta geração dos Centenos. Ana Paula é mãe de Gabriel Centeno Mendes e Manuela Centeno Mendes; Paulo Ricardo é pai de Pedro Henrique Jardim Centeno e Adubi Luan de Souza Centeno; Cristina é mãe de Lucas Centeno Paim e Eduarda Centeno Paim; Andréia é mãe de Antônio Centeno Marcolino e Inácio Centeno Marcolino, Adriana é a mãe da mais nova Centeno, igual era seu bisavô na foto que ilustra a capa de *Negrada*, Lêmiba Nyanga Centeno Canuto; Marcelo é pai de Victor Leonardo Ferreira Centeno, Marcela Félix Centeno e Miguel Félix Centeno e Fernanda é mãe de Laís Centeno do Rosário e Bernardo Centeno do Rosário.

Essa história, presente nas páginas de *Negrada* ou nas anotações feitas por Maria Helena em conversa com Adão Centeno e gentilmente fornecidas para a pesquisa desse livro, traz bem mais que alguns nomes e datas, ou mesmo cheiros e sabores a um som tão querido de um samba do ícone negro da música no Sul, Lupicínio Rodrigues, ou dos sambas-enredos da querida escola de Maria, Bambas da Orgia (em que sua família mantinha a ala Vargas), traz consigo, um outro olhar sobre o Sul. Um outro que é também o mesmo, a depender de quem olha. Olhar que só é possível perceber, quando se aciona aquelas gentes que viveram e vivem, e que no caso de Maria Helena Vargas da Silveira, ao escrever *Negrada*, foram devidamente identificadas como *Fontes de referência*, intitulado a última parte do livro. E que aqui identificamos como gentes que guardam memórias e contam história de um mesmo Rio Grande do Sul, marcado por exclusão racial e social, mas ainda assim, onde essas gentes fizeram morada e a seus modos viveram a sua negritude.

Maria Helena não parou por aí. Publicou ainda uma série de contos, crônicas, poemas, textos e outros livros que viriam. Manteve como conteúdo central de suas análises a negritude e a isso somou um desenvolvimento maior das questões relacionadas à educação. Aqui faz-se necessária uma ressalva, desde *É Fogo!* a educação era ponto de atenção para a professora

e escritora, mas é em *Negrada*, com “Deixa viver o menino” e “A criança negra e a educação”, e sobretudo em *Tipuana*, (lançado em 1997 no clube negro porto-alegrense Satélite Prontidão), que a autora faz uma incursão pela educação pública vivenciada nas escolas. O título do livro já estava imbuído desse conteúdo, refere a árvore que ficava em frente à escola em que Maria trabalhou, como relembra Wanderlei Fernandes dos Santos. O foco então estava na educação, cujo objetivo era refletir sobre a necessidade de apresentar uma educação que respeitasse a diversidade, contribuísse para a autoestima das alunas e alunos negros e, assim, fosse aquilo que identificamos como uma educação antirracista e verdadeiramente democrática.

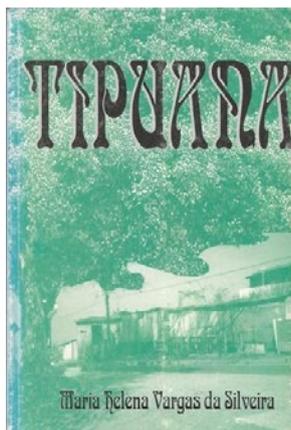


Figura 24 - Capa de *Tipuana* (1997)
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Maria Helena circulava por entre espaços dos movimentos sociais negros organizados, tão comuns no Rio Grande do Sul. Fora amiga pessoal de Oliveira Silveira, que compunha o Grupo Palmares e que já, em 1971, reivindicava o 20 de novembro como data de reflexão para os grupos negros e para a sociedade brasileira de forma geral. A ideia foi aprovada por outros grupos no território nacional e escolhida como data em 1979, por meio do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, posteriormente, identificado apenas como Movimento Negro Unificado, entidade que permanece ativa.

Maria também estava no movimento de mulheres negras, e, faz-se necessário fazer uma importante ressalva. Todos seus livros autorais foram publicados pela mesma editora, que estaria localizada em Porto Alegre, como transparece nas informações da ficha catalográfica, Grupo Rainha Ginga. No entanto, esse não era um grupo editorial, mas sim um grupo de ativismo social, que era nas palavras da autora no livro *O Encontro*, “o meu grupo de valorização da cultura negra”. O nome é uma referência, simultaneamente, à rainha angolana nascida no século XVI e às coroações de rainha ginga nas *Festas de Moçambique*, uma expressão do catolicismo afro no litoral norte do Rio Grande do Sul, aos moldes das congadas de Minas Gerais. O grupo era composto por mulheres e homens e ficaria conhecido como uma organização de

mulheres negras. Arrecadava fundos que possibilitavam publicar os livros de Maria Helena. Não encontramos outros livros publicados pelo grupo, o que nos leva a crer que era Maria uma importante mentora e, possivelmente, a escritora do grupo.



Figura 25 – Escritora Maria Helena Vargas da Silveira
Fonte: Acervo Digital Literafro

Nesses espaços, em que Maria estava e circulava, não era recente a preocupação com a educação de caráter antirracista. Vale lembrar a mobilização nacional em torno da Constituinte, entre 1986 e 1988, em que o documento de caráter público, intitulado *Convenção Nacional do Negro pela Constituinte* trazia no tocante à educação a orientação de que: “O processo educacional respeitará todos os aspectos da cultura brasileira. É obrigatório a inclusão nos currículos escolares de I, II e III graus, do ensino da

História da África e da História do Negro no Brasil.” O documento contava com a assinatura de representantes de instituições dos mais diferentes recantos do país, e, do Rio Grande do Sul, estavam o Movimento Trabalhista da Integração da Raça Negra, Partido Negro Brasileiro e Fondation Sengor, Esta era representada por Mauro Pará, irmão da professora e interlocutora de Maria Helena em *Negrada*, Marilene Pará, também uma mulher negra professora. Não nos parece equivocados indicar que essas concepções, mesmo que não necessariamente unívocas e tampouco homogêneas, circulavam por entre os espaços de negritude acessados por Maria e a instigavam a escrever, evidentemente, somado a sua já longínqua experiência como professora de escolas públicas, especialmente aquela escola, localizada no Morro da Cruz em Porto Alegre.

Com toda essa produção estava mais que justificada a indicação de Maria Helena Vargas da Silveira para ocupar uma cadeira na Academia Pelotense de Letras, em 2000. O que de fato acontece, e a mesma toma posse aos 8 dias do mês de junho, sob as bênçãos de seu paraninfo, como determinava a tradição, Eloy Dias dos Angelos. Este fez um pronunciamento, como de praxe, apresentando a escritora por meio de suas obras e ressaltou o compromisso com a crítica social, com as histórias vividas por ela e por tantas outras pessoas. Deixava evidente que a produção

literária de Maria Helena estava calcada na vida, uma escrita que também trazia o falado, sobretudo ao se referir à Odara.



Figura 26 - Posse na Academia Pelotense de Letras,
Eder Silveira e Maria Helena Vargas da Silveira (2000)
Fonte: Acervo pessoal de Nailê Cordeiro

Neste momento, a autora e professora aposentada Maria Helena Vargas da Silveira não morava mais no Sul, visto que voltara a ter uma atuação institucionalizada em relação à educação. Afinal, em 1999, ela fora convidada a ocupar um cargo junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em Brasília. Seria lá, em terras mais distantes, que ela afirmaria ainda mais sua escrita comprometida com a negritude e com a educação sem nunca se apartar do Sul.

Em 2000, lançou o livro *O Encontro* e, em 2002, lançaria mais um grande marco para as escritas de vivências da negritude, agora com um recorte de gênero bem delimitado, *As filhas das lavadeiras*. O livro apresentava um formato mais amplo e diferente dos anteriores. Ao longo de pouco mais de 250 páginas, a autora nos apresenta uma obra dividida em atos, os quais abrangem referenciais históricos das filhas das lavadeiras; análise dos depoimentos; enfoque poético da temática e é finalizado por fotografias. O texto (que bem poderia – e pode – ser adaptado para uma peça de teatro) apresenta depoimentos de 20 filhas de lavadeiras, todas elas mulheres negras, oriundas de diferentes cidades das regiões Sudeste e Sul do Brasil, entremeados pelas memórias de Maria Helena, neta de lavadeira.

Dentre as filhas de lavadeiras, alguns nomes bem conhecidos do grande público, como a gaúcha Deise Nunes Ferst, a primeira Miss Brasil negra, no ano de 1986, filha de Ana Maria Nunes. E a carioca Ruth Pinto de Souza, uma das mais importantes atrizes do Brasil, filha de Alaíde Pinto de Souza. Em Minas Gerais, estavam Ana Maria da Silva Martins, filha de Maria Aparecida Gonçalves da Silva; Maria Aparecida Gonçalves da Silva, filha de Alice Maria Bruno Gonçalves e Amália Helena Portela, que trouxe contribuições sobre o movimento negro em Caxambu.

De São Paulo, Rachel de Oliveira, filha de Maria Isabel de Oliveira; do Rio de Janeiro, Neide Silva Rafael Ferreira, filha de Nadir da Silva Rafael; do Espírito Santo, Omy dos Passos Loureiro, filha de Benedita dos Santos Loureiro; de Santa Catarina, Valquíria Martins da Rosa, filha de Maria Jovelina Martins, Valdeonira Silva dos Anjos, filha de Maria Martinha da Costa, Darci Vitória de Brito, filha de Paulina Pedrini Taboas, Maria de Lourdes Gonzaga, filha de Angelina Vellozo da Costa, Maria do Carmo de Souza Coelho, filha de Lídia Silva de Souza e Maria José de Souza, filha de Maria Luiza de Souza; e do Rio Grande do Sul, Gilda Souza Machado, filha de Arinda Souza Machado, Maria Isabel da Silveira Barbosa Alves, filha de Maria de Lourdes da Silveira Barbosa, Maria Marques, filha de Fortunata Maria da Silveira, Nair da Silva Pinto, filha de Maria Izabel Gonçalves da Silva, Sandra Beatriz Moraes da Silveira, filha de Iracema Marlei Moraes da Silveira, Terezinha Juraci Machado da Silva, filha de Maria do Carmo Almeida Machado e sua tia, Aracy da Silveira Dutra, filha de Reduzina Ferreira da Silveira.

Nos depoimentos, acessamos os mundos desse trabalho tão comum entre mulheres negras de fins do século XIX e primeiras décadas do XX, assim como os sonhos e esperanças daquelas mulheres. Acessamos ainda as estratégias por elas tra-

çadas, tendo em vista possibilitar melhores condições de vida para as suas filhas, e nesse ponto, a educação e as escolas de forma geral adquirem papel central, como se depreende da imagem disposta na capa, com a representação de lavadeiras e suas filhas formadas, e interpretação da própria autora:

Uma normalista tinha tratamento de doutora e, em certos casos, até de salvadora da Pátria, né mesmo? Havia um percentual muito grande de professoras negras, porque o Magistério remetia ao ganho mais imediato e elas começavam a ajudar em casa. Complementa ainda enfatizando o “privilégio de conviver com familiares que, também, acreditaram muito nos caminhos da Educação, isto possibilitou-me que, além do necessário básico de aprender a ler, escrever e fazer contas no curso primário, eu fosse vivenciando uma série de situações que despertaram valiosos questionamentos, principalmente sobre discriminação racial e de classe, oportunizando um novo olhar sobre a tal escola que parecia estar no lugar e que nunca estivera, em relação à população negra. O fato tem relação com as histórias e depoimentos das filhas das lavadeiras, pois a maioria tornou-se muito atenta para a questão da presença dos negros na Escola, nesta Escola em que as mães lavadeiras desejavam com tanta ansiedade e esperança colocar a sua prole.



Figura 27 - Capa de *As filhas das lavadeiras* (2002)
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

No ano posterior a esse grande marco na sua produção literária, outro se estabelecia, de natureza coletiva e política, completamente vinculado àquilo que Maria Helena demandava por meio de sua atuação e escrita. E não só ela, mas toda aquela rede de homens e mulheres negras que aos moldes de Luciana Lealdina de Araújo acreditavam no potencial de cidadania presente na educação, sobretudo, quando essa incluía a história da população negra no Brasil não apenas pela lente da escravidão. Trata-se da promulgação da Lei nº 10.639, um dos primeiros atos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, aos 9 dias do mês de janeiro de 2003, que incluía, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a obrigatoriedade da *História e Cultura Afro-Brasileira*, demanda histórica dos movimentos sociais negros brasileiros. Maria Helena seguia como membro da Secad, e pôde acompanhar de perto as discussões em torno daquela lei bem como a sua promulgação, e, sobretudo, a sua implementa-

ção, como se observa por meio das obras institucionais que ela organizaria na sequência e que veremos adiante.

Em 2005, Maria Helena lançava seu primeiro livro na Capital Federal, tratava-se de *Os corpos e obá contemporânea*. É quando passa a assinar como *Helena do Sul*, afinal, era mais que tempo de afirmar esse lugar de mulher negra do Sul do Brasil. Em entrevista concedida à jornalista negra gaúcha Sátira Machado e publicada, em 2008, a autora assim enfatizava:

A mulher negra gaúcha é muito respeitada no Brasil. Muito mesmo! Eu vou me descobrindo a cada momento como mulher negra gaúcha. Assumi agora Helena do Sul. Minha posição firme de gaúcha. Gosto do nosso sotaque, gosto do nosso olhar social. A nossa postura política é muito interessante, em relação à busca do conhecimento e da informação.

Em 2007, é lançada uma publicação organizada por Maria Helena Vargas da Silveira, em conjunto com Maria Lúcia de Santana Braga, *O Programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Anti-Racista*. A obra fora uma solicitação da UNESCO/BID/MEC, e fazia parte do trabalho que desenvolvia junto à Secad. Em 2008, lançaria *Rota existencial*, e, emblematicamente, no mesmo ano viria a público sua última publicação em vida, *Diga sim ao estudante negro/a*, com o título autoexplicativo de uma mulher negra, mãe e pro-

fessora que dedicou toda sua trajetória a escrever os projetos coletivos da negrada.

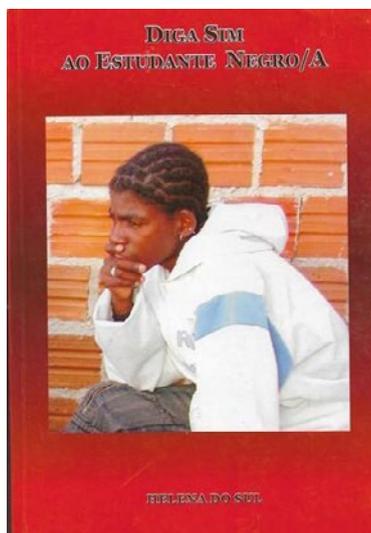


Figura 28 - Capa de *Diga sim ao estudante negro/a* (2008)

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Foram 21 anos de intensa produção, referendando a forma como Maria Helena Vargas da Silveira viveu. Afinal, ela dedicou-se com afinco aos estudos, à sala de aula, ao ativismo, por meio de suas escritas de vivência. E nunca distanciou-se da base de seus afetos, ora do lugar em que nascera, ora do que ela mesma construía, sempre a família. A professora e escritora, que acompanhamos nestas páginas, é carinhosamente lembrada com ares de juventude pela única neta, Nailê Cordeiro, como a

senhora que gostava de presentear e escrever na madrugada. E, que mesmo morando em Brasília, na companhia de sua filha, Shaiane Silveira (tia de Nailê), mantinha-se presente no Sul. É essa Maria Helena, a mesma, cuja juventude fora escrevível em *É fogo!* que insistiu em existir entre limitações impostas e liberdade construída constantemente. Maria foi mãe e avó, professora e escritora, simultaneamente, marcada pelo gênero, raça, classe e espaço geográfico. Eram muitos os territórios que se fizeram atravessados no corpo da mulher negra, de condições financeiras nem sempre favoráveis, nascida e criada num sul tão hostil e tão dissimulado acerca de suas perversidades.



Figura 29 – Maria Helena Vargas da Silveira (anos 2000)
Fonte: Acervo da família Silveira

Em *O Sol de Fevereiro*, de 1991, ela advertia sobre a perversidade dos: “preconceitos diferentes de uma sociedade cínica onde a cor, a raça e a moeda ainda excluem as pessoas de muitas corridas”. No entanto, foi também este sul que lhe legou gentes queridas e parceiras de luta e de sorrisos, algumas das quais nomeadas nestas páginas, mas certamente não todas. Sul que lhe ensinou que a vida é fogo, mas que deve ser vivida com o máximo de plenitude que se pode, e que fora incorporado ao seu nome - *Helena do Sul*. É ela, Maria Helena Vargas da Silveira, que permanece viva nas lembranças e nas histórias que agora são compartilhadas não apenas com as leitoras e leitores destas páginas, mas também com seus bisnetos, os quais ela não conhecera.

Por obra do destino, de forma um tanto quanto repentina, a “mulher negra de sorriso farto e muita sabedoria (...) Assim era a Helena do Sul, ‘Uma Obá Contemporânea’; uma guerreira que não cansava a luta e seguia... de memória lúcida e sanidade total”, como fora descrita por Iraneide Soares da Silva em “Nota de Pesar” no sítio da Fundação Cultural Palmares, faleceu em 17 de janeiro de 2009, vítima de um aneurisma. No entanto, como referira em relação a seus amigos, em “*O Encontro*”, Maria Helena Vargas da Silveira - assim como Luciana Lealdina de Araújo - permanece conosco, *com todos seus referenciais* tão importantes para uma escrita da história do Bra-

sil que seja de fato plural e com cara de Brasil. Afinal, o Sul também é Brasil, não apenas no território geográfico, mas também naquele povoado pelas gentes.

CONCLUSÃO:
O QUE MUDA NA ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL
A PARTIR DE LUCIANA LEALDINA DE ARAÚJO E
MARIA HELENA VARGAS DA SILVEIRA

Qual o lugar das mulheres na escrita da história do Brasil? Qual o lugar das mulheres negras nessa escrita? E, qual o lugar da existência das mulheres negras na escrita da história do Sul do Brasil? Essas perguntas apresentam respostas aproximadas e nem sempre satisfatórias, se pensamos em uma escrita que dê conta da pluralidade e da diversidade da população brasileira. Menos satisfatórias ainda, se fizermos essas mesmas perguntas em salas de aulas do ensino básico, no Rio Grande do Sul ou em qualquer outro estado da federação.

Ora, não é nenhuma novidade a imagem de que o Sul do Brasil é branco e de descendência europeia. A historiografia brasileira, sobretudo, aquela produzida no Rio Grande do Sul, passa por uma grande renovação desde a década de 1980 do

século XX. Enfrentou-se de frente a ideia de que a escravidão havia sido diminuta e sem grande importância, enfatizou-se a integração ao sistema escravista e começou-se a atentar para as experiências de liberdade durante o escravismo. A atenção voltou-se para os espaços urbanos e para os grandes centros econômicos, como as cidades de Porto Alegre e Pelotas. As pesquisas de Margaret Bakos deram início aos estudos e foram seguidos, com distância de mais de uma década, pelas pesquisas inovadoras de Paulo Moreira e Beatriz Ana Loner. Abriam caminhos para os estudos sobre família, sociabilidade, mundos do trabalho e projetos políticos. Mas, ainda assim, as mulheres negras pareciam difíceis de ser alcançadas. O problema não se restringia ao Sul, era presente na historiografia brasileira como um todo.

As mulheres começaram a se fazer presentes já nos anos 2000. E, para tal, era preciso acompanhar aquela crítica que Ana Lugão Rios e Hebe Mattos já haviam destacado para as experiências negras de liberdade no pós-Abolição, seria necessário atentar para o problema das fontes. Nas oficiais, ainda era muito difícil encontrá-las, pelo menos nas oficiais clássicas, por assim dizer. Era preciso imergir em outras fontes oficiais, aquelas dos documentos produzidos no âmbito das associações negras, com ênfase para a imprensa, atentar para nomes, acionar aprendizagens da genealogia. Eis que entre cruzamentos de fontes e,

especialmente, uma diversidade que incluía também os escritos identificados como literários, me encontrei com Maria Helena Vargas da Silveira, uma escrita repleta de informações acerca da experiência das gentes negras do Sul e, de sua própria experiência de mulher negra.

Maria não reivindicava um lugar à parte, tampouco só para si e que se resumisse a dor e sofrimento, escrevia com muitas outras pessoas e sobre tantas outras, apresentava dados, nomes, datas, documentos e trazia a vida, a existência negra a despeito do racismo. A escrita de Maria Helena Vargas da Silveira permite refletir sobre um sul que também é negro e feminino, o que espero que tenha ficado evidente nas páginas que acompanhamos. Fora também por isso que optei por apresentar dados biográficos da jovem Maria, até sua entrada na carreira docente para posteriormente enfatizar elementos fundamentais em sua escrita de vivência que nos são caros na história. Não foi meu objetivo fazer uma discussão sobre a produção literária de Maria, mas sim compreender os elementos que interseccionam classe, raça e gênero nesse território sulino. Um sul que definitivamente não está no retrato, para fazer coro ao samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira, campeão do carnaval de 2019.

Escrever com Maria Helena já era por si só dar a conhecer ao público leitor uma história das gentes negras do

extremo Sul. Porém, Maria exigia mais, sua própria história começava desde um ponto de vista coletivo, com seu avô Armando Vargas, redator do jornal *A Alvorada*. Foi assim, seguindo os ensinamentos de E. P. Thompson, de que a historiadora olha para o passado com os olhos no hoje, e da sabedoria ancestral de Sankofa, sobre olhar para trás para entender-se no hoje visando o amanhã, que fiz o caminho do mais próximo ao mais longínquo e me reencontrei com Luciana Lealdina de Araújo, uma mulher negra ativa também no associativismo, área de excelência para encontrarmos nossos sujeitos agindo, mas ainda assim, mormente homens. Luciana protagonizou sua história, com nome, sobrenome e coletividade e fez jus à perspectiva de que muitas histórias importam, como nos ensina Chimamanda Adichie.

As histórias de Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira, bem como de todas as demais pessoas referidas nestas páginas, fornecem elementos para que possamos escrever uma história do Brasil capaz de se deslocar do eixo Rio-São Paulo, que, quando muito, estende-se até Salvador, sobretudo quando o intuito é referir a história negra. Histórias essas que nos impõem uma ênfase abertamente centrada na existência negra. Existência que não se resumiu à resistência, Luciana e Maria viveram. Suas histórias não podem ser narradas

tão somente pela lente da resistência ao racismo, certamente, elas atravessou, e nos atravessa, impôs limites próprios de cada época, afinal, ele é histórico e acompanhamos parte de sua temporalidade nestas páginas, mas ele não deu o tom da experiência de vida de Luciana e Maria. Elas existiram para além do racismo. Construíram cidadania por meio do acolhimento e da educação, recusaram histórias únicas sobre lugares e gentes, acreditaram que a educação deveria ser plural e, por meio da escrita e ação, denunciaram as barreiras que limitavam as pessoas.

Essas mulheres, cujas vidas têm ainda muitos outros elementos a serem problematizados em pesquisas sistemáticas, merecem mais que pequenos boxes informativos nos livros didáticos ou paradidáticos. Devem ser compreendidas em sua complexidade, como parte de um grupo de homens e mulheres negras e não negras que significaram a cidadania e fizeram da educação o espaço de luta política por excelência. E que tinha o intuito de promover um projeto político de emancipação social que incluísse a todos e todas sem qualquer distinção de cor, como preconizavam os estatutos do *Asylo São Benedito*, idealizado por Luciana em 1901.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AL-ALAM, C. C. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: [s.n.], 2008.

ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988*. Bauru: EDUSC, 1998.

BAKOS, M. RS: *Escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BENTO, M. A. S. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOSENBECKER, P. *Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BUTLER, K. D. A nova negritude no Brasil: movimentos pós-abolição no contexto da diáspora africana. In: GOMES, F.; DOMINGUES, P. (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 137-156.

_____. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

CALDEIRA, J. S. *O asilo de órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CARDOSO, L. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, E. S. *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CÔRTEZ, G. X. C. *Branças de almas negras? beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DANTICAT, E. We are ugly, but we are here. In: BROWDY, J. (org.). *Women writing resistance: essays on Latin America and the Caribbean*. Cambridge: South End Press, 2003, p. 23-27. (Tradução de Katia Santos).

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007, p. 16-21.

_____. Maria Helena Vargas. In: DUARTE, E. A. (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica, v. 4: história, teoria, polêmica*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2014, p. 83-89.

_____. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

GILL, L. A. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas: Educat, 2007.

_____; KOSCHIER, P. L. C. (orgs.). *A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao Sul do Brasil*. São Leopoldo: Case Leiria, 2019.

GOMES, A. S. *O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos. (1959-1974)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

HOOKS, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

LONER, B. A.; GILL, L. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, 2009.

_____. Antônio: de Oliveira a Baobab. In: GOMES, F.; DOMINGUES, P. (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 109-136.

_____. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, G. F.; SANTOS, J. A.; CARNEIRO, L. C. C. (orgs.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 246-261.

_____. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Pelotas: Editora UFPel, 2001.

MELLO, M. A. L. *Reviras, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas*. Pelotas: Editora UFPel, 1994.

MOREIRA, P. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

NASCIMENTO, Á. P. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NUNES, G. H. L. Ser mulher, sul mulher: “a gente tem que sempre fazer vento!”. In: SILVA, J.; PEREIRA, A. M. *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014, p. 179-203.

NUNES, G. H. L.; MARQUES, S. M. S. Narrativas quilombolas, a pluralidade na luta das mulheres e o descentramento de estratégias políticas. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 19, n. 2, p. 566-594, 2019.

OLIVEIRA, F.; PEREIRA, P. N. Pensamentos de mulheres negras ao sul do sul: das lutas coletivas por cidadania à narrativa da existência por meio da educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 2, p. 453-477, 2019.

OLIVEIRA, V. P. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)*. 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PEREIRA, P. N. *Negras, professoras e cotistas: saberes construídos na luta pelo exercício da docência*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PERES, E. *Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PERUSSATTO, M. K. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892-c.1911)*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ROSA, M. V. F. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição*. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

SANTOS, J. A. *Raiou a alvorada: intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora UFPel, 2003.

SILVA, F. O. et al. *Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense*. Porto Alegre: EdUFRGS; EST Edições, 2017.

_____. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)*. 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

_____. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, M. A. M. *A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, S. C. A. *Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil: raça e relações raciais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, T. R. *Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no pós-abolição: imprensa, carnaval e clubes sociais negros na fronteira sul do Brasil-1913-1980*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

TRINDADE, A. L. *O corpo que fala dentro e fora da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____; SANTOS, R. *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: SEPE, DP&A, 2000.

WEIMER, R. A. Professoras e alunos negros no litoral norte do Rio Grande do Sul (meados do século XX): o aprendizado da cor. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 17, n. 2, p. 253-259, 2017.

FONTES

MEMORIALISTAS, LITERATOS, ANÁLISE LITERÁRIA E MANUAIS DIDÁTICOS

ALMEIDA, J. L. *Jornadas no meu país*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.

OSÓRIO, F. *A Cidade de Pelotas*. Pelotas: Diário Popular, 1922.

PONCE, E. S. *Diluição das formas: o sol de fevereiro nas arestas do contemporâneo*. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

QUADROS, D. M. Dororidade em “é fogo!” (1987), de Maria Helena Vargas da Silveira (1940-2009): a voz de Helena do Sul recolhendo outras vozes. *REVELL: Revista de Estudos Literários da UEMS*, v. 1, n. 21, p. 379-399, 2019.

_____. Resgatando a identidade cultural negra através da negritude: memórias costuradas. In: SILVA, E. D. (org.). *Literatura e identidade cultural*. Rio de Janeiro: Eulim, 2017, p. 127-157.

ROTERMUND, H. *História de Bagé do século passado*. Bagé: Academia Bageense de Letras, 1981.

SHUMAHER, S.; BRASIL, E. V. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

TONIAL, C. G. G.; ZUBARAN, M. A.; SIMÕES, R. L. Maria Helena Vargas da Silveira: a interseccionalidade entre gênero e raça no livro “é fogo!”. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7., 2018, Rio Grande. *Anais...* Rio Grande: FURG, 2018.

ZUBARAN, M. A.; SIMÕES, R. L.; TONIAL, C. G. G. Narrativas autobiográficas da professora negra Maria Helena Vargas da Silveira: formação e prática docente no livro “é fogo!”. *Educação, Ciência e Cultura*, v. 24, n. 1, p. 195-210, 2019.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DE LUCIANA LEALDINA DE ARAÚJO

Atas de Diretoria, Conselho e Assembléia de 1938 a 1943. Em: Arquivo Histórico do Clube Cultural *Fica Abí P'ra Ir Dizendo*.

A ALVORADA. Pelotas, 1931-1934, 1944-1949, 1950, 1952.

ANAIS do Cinquentenário 1901-1951: asilo de órfãs São Benedito. Pelotas: [s.n.], [s.d.].

ESTATUTOS do asylo de orphãs São Benedicto. Pelotas: Typographia do Arauto, 1902.

IBGE. *Recenseamento geral do Brasil de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

ILUSTRAÇÃO PELOTENSE. Pelotas, 1919.

VULTOS negros do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria de Estado de Educação, 1988.

LIVROS PUBLICADOS PELA ESCRITORA MARIA HELENA

VARGAS DA SILVEIRA E OUTROS DOCUMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA

BRAGA, M. L. S.; SILVEIRA, M. H. V. *O programa diversidade na universidade e a construção de uma política educacional anti-racista*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2007.

DIÁRIO DA MANHÃ. Pelotas, 1994.

DO SUL, H. *Os corpos e Obá contemporânea*. Brasília: Centro de Estudos Brasil-Haiti, 2005.

_____. *Rota Existencial*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

_____. *Diga sim ao estudante negro/a*. Brasília: Kaco, 2008.

MACHADO, S. P. Et al. *Mulher afro-gaúcha: negritude à flor da pele*. In: PAIVA, S. (org.). *Mulheres do Rio Grande do Sul: diversidade*. Porto Alegre: SFERASRP Editora de Artes, 2008.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. *Nota de pesar*. 28 jan. 2009. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=3203>. Acesso em: 05 jun. 2020.

PORTAL LITERAFRO. Maria Helena Vargas. 24 jan. 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/323-maria-helena-vargas-m-helena-vargas-da-silveira>. Acesso em: 05 jun. 2020.

SILVEIRA, M. H. V. *É fogo!* Porto Alegre: Rainha Ginga, 1987.

_____. *Meu nome pessoa: três momentos de poesia*. Porto Alegre: Rainha Ginga, 1989.

_____. *O sol de fevereiro*. Porto Alegre: Rainha Ginga, 1991.

_____. *Odara: fantasia e realidade*. Porto Alegre: Rainha Ginga, 1993.

_____. *Negrada*. Porto Alegre: Rainha Ginga, 1995.

_____. *Tipuana*. Porto Alegre: Rainha Ginga, 1997.

_____. *O encontro*. Porto Alegre: Rainha Ginga, 2000.

_____. *As filhas das lavadeiras*. Porto Alegre: Rainha Ginga, 2002.

TIMETOAST. *Timeline escritora Maria Helena Vargas da Silveira (04/09/1940-17/01/2009)*. Disponível em: <https://www.timetoast.com/timelines/escritora-maria-helena-vargas-da-silveira>. Acesso em: 05 jun. 2020.

Entrevistas realizadas pela autora com Adão Mozart Centeno, Zaida Centeno e Wanderlei Fernandes dos Santos em 05/10/2018, em Porto Alegre.

Entrevistas realizadas pela autora com Nailê Cordeiro de Oliveira e Delilene Cordeiro em 08/10/2018, em Porto Alegre.

Pronunciamento de Eloy Dias dos Angelos para a posse da escritora na Academia Pelotense de Letras (2000).

CRONOLOGIA

CRONOLOGIA DE LUCIANA LEALDINA DE ARAÚJO

1870 – Nasceu Luciana Lealdina de Araújo.

1901 – Fundou o Asylo de órfãs São Benedito.

1902 – Consta como sócia benemerita nos Estatutos do Asylo.

1908 – Mudou-se para a cidade de Bagé.

1909 – Fundou o Orfanato São Benedito.

1919 – Retira-se do Orfanato São Benedito e começa a se dedicar à creche.

1930 – Faleceu em Bagé, aos 60 anos.

CRONOLOGIA DE MARIA HELENA VARGAS DA SILVEIRA

1940 – Nasceu Maria Helena Vargas da Silveira.

1957 - Iniciou o Curso Normal.

1960 – Assumiu sua primeira turma como professora e formou-se no Curso Normal do Instituto de Educação Assis Brasil.

1961 – Foi contratada como professora da rede estadual e começou a dar aulas em São Lourenço do Sul.

1962 – Começou a cursar Pedagogia na Universidade Católica Sul-Rio-Grandense de Pelotas.

1966 – Mudou-se para Porto Alegre, concluiu seus estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e começou a dar aulas em uma escola no Morro da Cruz.

1987 – Lançou seu primeiro livro, *É Fogo!*

1989 – Lançou *Meu Nome Pessoa - Três Momentos de Poesia*.

1991 – Lançou *O Sol de Fevereiro*.

1993 – Lançou *Odara - Fantasia e Realidade*.

1995 – Lançou *Negrada*.

1997 – Lançou *Tipuana*.

2000 – Lançou *O Encontro*.

2002 – Lançou *As filhas das lavadeiras*.

2007 – Lançou *Os corpos e Obá contemporânea*.

2008 – Lançou *Rota Existencial*.

2008 – Lançou *Diga Sim ao estudante negro/a*.

2009 – Faleceu em Brasília, aos 68 anos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Luciana Lealdina de Araújo com seu burel de São Benedito

Figura 2 - Estatutos do Asylo de Órfãs São Benedito (1902)

Figura 3 - Maria Salomé da Silva Santos

Figura 4 - Instituto São Benedito

Figura 5 - Lateral do Instituto São Benedito

Figura 6 - Detalhe lateral do Instituto São Benedito

Figura 7 - Órfãs e trabalhadoras do Asilo São Benedito (1906)

Figura 8 - D. Luciana Lealdina de Araújo

Figura 9 - Destaque a Luciana Lealdina de Araújo e dois órfãos

Figura 10 - Orfanato São Benedito – Bagé

Figura 11 - Carlos Santos

Figura 12 - Campanha Pró-Educação da Frente Negra Pelotense

Figura 13 - Frentenegrinos

Figura 14 - Armando Vargas

Figura 15 - Senhora Aracy Dutra e seu esposo Francisco de Paula Dutra

Figura 16 - Diretoria do *Fica Abí* recebe o cantor Jorge Veiga

Figura 17 - Capa de *É Fogo!* (1987).

Figura 18 - Capa de *Meu nome pessoa: três momentos de poesia* (1989)

Figura 19 - Capa de *O Sol de Fevereiro* (1991)

Figura 20 - Capa de *Odara: fantasia e realidade* (1993)

Figura 21 - Capa de *Negrada* (1995)

Figura 22 - Família Centeno em Porto Alegre (2019)

Figura 23 - Sr. Adão Centeno em Porto Alegre (2019)

Figura 24 - Capa de *Tipuana* (1997)

Figura 25 - Escritora Maria Helena Vargas da Silveira.

Figura 26 - Posse na Academia Pelotense de Letras, Eder Silveira e Maria Helena Vargas da Silveira (2000)

Figura 27 - Capa de *As filhas das lavadeiras* (2002)

Figura 28 - Capa de *Diga sim ao estudante negro/a* (2008)

Figura 29 - Maria Helena Vargas da Silveira (anos 2000)

Formato: 14 x 21cm
Tipología: Adobe Caslon Pro 11/18
Número de páginas: 168

